



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA

**O CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL DA EXPERIÊNCIA PERCEPTIVA**

RECIFE

2022

THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA

**O CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL DA EXPERIÊNCIA PERCEPTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Tárík de Athayde Prata.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho

RECIFE

2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

O48c Oliveira, Thiago Andrade de.  
O conteúdo não conceitual da experiência perceptiva. / Thiago Andrade de Oliveira. – 2022.  
78 f. : 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Tárik de Athayde Prata.  
Coorientador : Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Recife, 2022.  
Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Intuição. 3. Conceitos. 4. Percepção (Filosofia). 5. Conteúdo não conceitual. I. Prata, Tárik de Athayde (Orientador). II. Silva Filho, Marcos Antônio da (Coorientador). III. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-137)

THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA

**O CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL DA EXPERIÊNCIA PERCEPTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em filosofia. Área de concentração: Filosofia.

**Aprovada em** : 29 / 08 / 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Tárík de Athayde Prata (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho (Examinado Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado (Examinador Externo)  
Universidade Católica de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

À toda minha família.

Aos meus pais, José Genival de Oliveira Silva e Cleonice Olívia Andrade. Aos meus irmãos, Melquesedeque Andrade, Vyctor Hugo e Pedro Henrique. Às minhas irmãs, Jéssica Andrade, Maria Eduarda e Manuela Vyctoria.

Aos meus orientadores, Tárík de Athayde Prata e Marcos Antônio Silva, pois sem a orientação e os ensinamentos esta pesquisa não seria possível. A Danilo Vaz-Curado por gentilmente aceitar participar da banca, orientando e ensinando-me bastante.

Aos professores Fábio Tenório de Carvalho, Suzano Guimarães, Junot Matos, Sérgio Ramos por me ensinarem não apenas a ser um filósofo, mas, sobretudo, a ser um professor.

Aos meus alunos e às minhas alunas.

Aos amigos, Guilherme Nogueira, Paulo Henrique, Leonildo Galdino, Glescikelly Herminia, Frank Campos, Yuri Raphael, Sara Campelo, Evandro Goyanna, Iana Cavalcanti, Filipe Andrade, Marciano Romualdo, Rafael Souza, Tanaque Moraes, Joyce Kelly, Rômulo Dias, Roberto Amando, Matheus Santana, Edson Oliveira (Primo), Ailton Ferreira, Elaine Araújo, Vanessa Araújo, profa Valéria Santos, Samara Roberta, Sidney Silva, Mariane Coêlho, Rafael Oliveira (primo) e todos aqueles que fizeram parte da minha trajetória filosófica e humana direta ou indiretamente.

À comunidade Ilha Joana Bezerra (Coque).

Ao Pré-Acadêmico Gratuito Portal e ao Pré-Acadêmico Pré-Resiste do Coque, por me proporcionarem o aprendizado de ser professor e por oferecerem condições de acesso ao conhecimento para quem não pode pagar.

Ao Departamento de Filosofia da UFPE.

À CAPES, que me concedeu uma bolsa de pesquisa.

À UFPE, que se compromete com o ensino público, gratuito e de qualidade.

Originariamente a consciência é não um ‘eu penso que’, mas um ‘eu posso’. [...] a visão e o movimento são maneiras específicas de nos relacionarmos a objetos, e, se através de todas essas experiências exprime-se uma função única, trata-se do movimento de existência, que não suprime a diversidade radical dos conteúdos porque ele os liga, não os colocando todos sob a dominação de um ‘eu penso’, mas orientando-os para a unidade intersensorial de um ‘mundo’. O movimento não é o pensamento de um movimento, e o espaço corporal não é uma representação. (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 192).

“Os objetos podem certamente aparecer para nós sem que tenham de referir-se necessariamente a funções do entendimento.” (KANT, 2012, p. 123).

“Embora a realidade seja independente de nosso pensamento, ela não deve ser imaginada como algo que está fora de um limite externo que engloba a esfera conceitual. *Que as coisas são de tal e tal modo* é o conteúdo de uma experiência” (McDowell, 2005, p. 63).

## RESUMO

Uma importante questão na filosofia da mente contemporânea versa sobre o conteúdo da experiência perceptiva. Por um lado, os conceitualistas sustentam que toda experiência perceptiva envolve capacidades conceituais. Por outro lado, os não conceitualistas, sustentam que *algumas* experiências perceptivas não envolvem capacidades conceituais. Nesse sentido, ou toda experiência perceptiva envolve capacidades conceituais ou *algumas* experiências perceptivas não envolvem capacidades conceituais. Entendo que não é o caso que toda experiência perceptiva envolve capacidades conceituais, pois há discriminações perceptivas em que o sujeito não possui conceitos adequados para especificar objetos que lhe são apresentados na percepção. Logo, *algumas* experiências perceptivas não envolvem capacidades conceituais. Pois é possível discriminar dois tons próximos de verde sem especificá-los conceitualmente. O objetivo desta Dissertação, portanto, é defender que *algumas* experiências perceptivas, como perceber características e várias tonalidades de cores, não envolvem capacidades conceituais.

**Palavras-chave:** intuição; conceitos; conteúdo conceitual; conteúdo não conceitual; experiência perceptiva.

## **ABSTRACT**

An important question in contemporary philosophy of mind concerns the content of perceptual experience. On the one hand, conceptualists hold that all perceptual experience involves conceptual capabilities. Non-conceptualists, on the other hand, maintain that some perceptual experiences do not involve conceptual capabilities. In this sense, either all perceptual experience involves conceptual capabilities or some perceptual experiences do not involve conceptual capabilities. I understand that it is not the case that all perceptual experience involves conceptual capacities, as there are perceptual discriminations in which the subject does not have adequate concepts to specify objects that are presented to him in perception. Therefore, some perceptual experiences do not involve conceptual capacities. For it is possible to discriminate two close shades of green without specifying them conceptually. The purpose of this Dissertation, therefore, is to argue that some perceptual experiences, such as perceiving characteristics and various shades of colors, do not involve conceptual capacities.

**Keywords:** intuition; concepts; conceptual content; non-conceptual content; perceptual experience.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O CONTEÚDO CONCEITUAL.....</b>	<b>12</b>
2.1	O CONTEÚDO PROPOSICIONAL, JUSTIFICAÇÃO E INFERÊNCIA.....	12
2.2	A OSCILAÇÃO ENTRE O MITO DO DADO E O COERENTISMO.....	24
2.3	RECEPTIVIDADE E ESPONTANEIDADE EM KANT.....	29
2.4	O ESPAÇO LÓGICO DAS RAZÕES.....	32
2.5	O EMPIRISMO MÍNIMO.....	36
2.6	NOTAS FINAIS.....	41
<b>3</b>	<b>O CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL.....</b>	<b>43</b>
3.1	O ARGUMENTO DA FINA GRANULAÇÃO.....	44
3.2	O ARGUMENTO DA CONDIÇÃO DE CHARLES TRAVIS.....	50
3.3	O ARGUMENTO DAS CRIANÇAS PRÉ-LINGUÍSTICAS E ANIMAIS NÃO HUMANOS.....	54
3.4	O ARGUMENTO KANTIANO DAS CONTRAPARTES INCONGRUENTES.....	59
3.5	NOTAS FINAIS.....	63
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO: O CONTEÚDO INTUICIONAL E CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL.....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Uma importante questão no debate contemporâneo da filosofia da mente é sobre o conteúdo da experiência perceptiva, ou seja, se o conteúdo da experiência perceptiva é conceitual ou não. De um lado, o conceitualismo (McDowell, 2005; Blewer, 2011) defende que toda experiência perceptiva envolve capacidades conceituais. Sendo assim, o conteúdo da experiência perceptiva seria conceitual. Podemos, por exemplo, conceitualizar dois tons parecidos de verde ao pôr um conceito demonstrativo como *Este Verde-água* e *Este Verde-oliva*. De outro lado, o não conceitualismo (Hanna, 2008, Perreira, 2014, Peacocke, 2010) sustenta que nem toda experiência perceptiva envolve conceitualização, pois há experiências perceptuais em que sujeitos percipientes discriminam objetos sem capacidades conceituais. Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar o debate entre conceitualistas e não conceitualistas sobre o conteúdo da experiência perceptiva.

De acordo com John McDowell (2005)<sup>1</sup>, mesmo que sujeitos percipientes não possuam conceitos adequados para descreverem uma experiência específica, não se segue que o conteúdo da experiência perceptiva seja não conceitual, pois, qualquer conteúdo torna-se conceitual, se um ou mais sujeitos usam conceitos demonstrativos. Por exemplo, se o objeto “Papagaio” aparece no campo visual de três sujeitos e um deles não possui o conceito correlato ao objeto papagaio, basta apenas que um terceiro sujeito identifique o objeto como tal para que a experiência seja conceitual. Os conceitos demonstrativos, na perspectiva dele, seriam conceitos em que experiências podem ser descritas a partir de um pronome demonstrativo como “esta coisa” ou “aquele objeto”. Assim, toda experiência perceptiva seria conceitual na medida em que qualquer objeto pode ser descrito de *tal e tal modo*.

No entanto, não conceitualistas como Robert Hanna (2008) e Christopher Peacocke (2010) rejeitam a ideia de que toda experiência perceptiva seja conceitual e proposicional. Para tais filósofos, o conteúdo da experiência perceptiva é não conceitual, isto é, muitas das nossas percepções básicas não envolvem conteúdos conceituais e linguísticos. Se toda experiência perceptiva fosse conceitual e linguisticamente articulada, então crianças pré-linguísticas e animais não humanos não teriam experiência perceptiva, uma vez que não são características de tais seres a utilização de uma linguagem complexa. Portanto, há experiências perceptivas mais básicas, isto é, não são articuladas com conceitos complexos.

---

<sup>1</sup> O livro **Mind and World** foi publicado inicialmente pela Harvard University Press em 1994. Utilizaremos a edição brasileira **Mente e Mundo**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2005, traduzida por João Virgílio G Guter.

De acordo com o não conceitualismo, entretanto, em experiências perceptivas mais complexas, como em um concerto musical, é possível que um sujeito percipiente adulto discrimine os acordes musicais mesmo sem saber tecnicamente (conceitualmente) a diferença harmônica entre o Dó e o Ré. Desse modo, os conteúdos conceituais e proposicionais não são condições necessárias para haver experiência perceptiva. O objetivo dos argumentos não conceitualistas é dar exemplos de experiências perceptivas em que os sujeitos percipientes não discriminam objetos conceitualmente, mas, nem por isso, deixam de experienciar perceptualmente o mundo.

Após um longo debate entre as teses do conteúdo proposicional de McDowell e as objeções não conceitualistas, houve uma mudança de perspectiva no conceitualismo de McDowell. No artigo *Avoiding the Myth of Given* (2007), ele passou a rejeitar sua antiga tese do conteúdo proposicional, pois o uso de conceitos demonstrativos não especifica de forma geral os conteúdos em que uma experiência é apresentada ao sujeito.

A presente dissertação consistirá de três capítulos. No primeiro, analisaremos as principais teses do conteúdo conceitual e proposicional elaboradas por McDowell em *Mente e Mundo*, a saber, as teses do espaço lógico das razões, do conceito demonstrativo, do empirismo mínimo e das capacidades conceituais. O objetivo consiste em apresentar as razões pelas quais ele defendeu que o conteúdo da experiência perceptiva estrutura-se proposicionalmente.

No segundo capítulo, analisaremos os principais argumentos não conceitualistas contrários às teses do conteúdo proposicional, quais sejam, o argumento da fina granulação, o argumento das crianças pré-linguísticas, o argumento da condição de Charles Travis e o argumento kantiano das contrapartes incongruentes.

De acordo com o argumento da fina granulação, nossas experiências perceptuais possuem uma fineza mais rica do que as capacidades conceituais. Nessa fineza há conteúdos não conceituais que são as bases para que tenhamos capacidades conceituais. Dito de outro modo, só temos capacidades conceituais porque há conteúdos não conceituais que instanciam descrições conceituais. O argumento das crianças pré-linguísticas consiste em negar a ideia de que só há experiência perceptiva se houver uma linguagem proposicional. Se assim o fosse, as crianças pré-linguísticas e os animais não humanos não teriam percepções, pois não possuem uma linguagem complexa.

O argumento da condição de Charles Travis afirma que as condições que McDowell estabelece para determinar o conteúdo proposicional não são necessárias, uma vez que pressupor um conteúdo não conceitual não significa negar que haja relações racionais na experiência. Assim, a racionalidade deve ser estendida para descrições não conceituais do

mundo, não apenas ao espaço lógico das razões. Dessa forma, as coisas não são porque as descrevemos de *tal e tal modo*, como afirma McDowell, mas porque o mundo é como é. Por fim, o argumento kantiano das contrapartes incongruentes defende que qualquer discriminação perceptiva de objetos do mundo pressupõe o espaço. Assim, podemos discriminar a contraparte incongruente de uma mão no espaço pela intuição sensível, pois tal objeto já nos é apresentado no espaço (à esquerda, à direita, por trás). Se isso é assim, então podemos discriminar uma contraparte incongruente sem capacidades conceituais.

No terceiro e último capítulo, analisaremos a nova perspectiva sustentada por McDowell no artigo *Avoiding the Myth of Given*, após as críticas não conceitualistas. Segundo essa nova perspectiva, a experiência perceptiva possui um conteúdo intuicional que, apesar de ser conceitual, não é proposicional. Por fim, também analisaremos as convergências e divergências entre a nova posição conceitualista de McDowell e o não conceitualismo, especificamente, em que medida a noção de conteúdo intuitivo aproxima-se ou não do conteúdo não conceitual. Defenderemos que a experiência perceptiva não deve ser restrita aos conteúdos conceituais, pois em nossas experiências básicas há conteúdos não conceituais.

## 2 O CONTEÚDO CONCEITUAL

### 2.1 O CONTEÚDO PROPOSICIONAL, JUSTIFICAÇÃO E INFERÊNCIA

Os temas da percepção e conceito ocuparam um longo e profícuo lugar no cenário filosófico dos pré-socráticos à filosofia contemporânea. Há diferentes modos de conceber os conceitos. A concepção metafísica os compreende como entidades suprassensíveis independentes da mente e o mundo sensível; a psicológica como entidades representacionais e sensíveis, isto é, dependem da mente e do mundo físico; a linguística como entidades inferenciais dependentes de um espaço lógico compartilhado publicamente. Podemos situar, assim, a metafísica como um realismo de ideias platônico, a psicológica (representacionista) como o realismo de substância aristotélica e o realismo crítico kantiano, a linguística com o inferencialismo de Ludwig Wittgenstein, Wilfrid Sellars, John McDowell e Robert Brandom. Assim sendo, na filosofia ocidental, há um profícuo debate sobre os diferentes modos do uso dos conceitos<sup>2</sup>.

Na filosofia ocidental, os gregos foram os primeiros a distinguir percepção de concepção. Na percepção apreendemos objetos pelos sentidos, na concepção através do intelecto. Platão adotou uma posição metafísica, uma espécie de realismo de ideias, ao assumir a existência de universais, isto é, de ideias abstratas (o cão em geral) independentemente do mundo mundo sensível e do mental. A concepção (conceito) de “cão” nos faz sentido, porque a ideia mesma de “cão” existe no mundo suprassensível, o mundo das ideias. Um conceito particular (x é um Pinscher) é adquirido a partir de um conceito universal que une as espécies. Assim, independente de x ser pinscher ou rottweiler é um “cão” e não um “gato”.

Aristóteles (2012), não obstante, não negou a existência de universais, mas situou sua existência dependente do intelecto e do mundo sensível. Ao assumir um realismo de substância, ele demonstrou que o conhecimento humano depende de uma impressão sensível (percepção) e de uma concepção (conceitos). Os objetos, assim, seriam compostos de matéria e forma. Os

---

<sup>2</sup> Como bem aponta Benoit Hardy-Vallée em **Que é um conceito?** São Paulo: Parábola, 2013, pode haver, em algum sentido, compatibilidade entre as posições, como, por exemplo, a posição kantiana pode ser descrita como psicológica ao postular representações internas, mas também inferencialista, uma vez que diversifica o uso dos conceitos, como empírico (o conceito que temos concretamente de ‘cão’), e categórico (conceitos puros do entendimento como ‘necessidade’, ‘causalidade’, ‘unidade’ etc.). De todo modo, os conceitos empíricos e puros dependem tanto de um sujeito que é capaz de acompanhar suas representações, como de um sujeito capaz de articular inferencialmente tais representações. Por exemplo, quando dizemos que “se chover encherá a piscina” (conceito empírico), está implícito conceitos puros como o de ‘causalidade’. Podemos traduzir essa frase como *Se A então B*. Para mais detalhes contemporâneos sobre os diversos usos dos conceitos, além do livro acima citado, conferir a entrada ‘*Concepts*’ de Eric Margolis e Stephen Laurence para a **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2019.

objetos que são discriminados através dos sentidos são objetos perceptuais (*aisthemata*), e os objetos discriminados através do intelecto são objetos conceituais (*dianoetica*), isto é, objetos conceituais (*noemata*). Contudo, entre os objetos perceptuais e conceituais há objetos imaginativos (*phantasmata*). Assim sendo, o conhecimento humano, para Aristóteles, depende do que é dado através dos sentidos, do que é imaginado e conceitualizado (*De Anima*, 430b10/431a23).

Os nominalistas medievais foram contrários tanto ao realismo de ideias, segundo o qual os universais existem numa realidade suprassensível, quanto do realismo de substâncias aristotélico, em que os universais dependem do mundo físico e do intelecto. Para eles, os universais (gêneros e espécies) não existem fora do nome, da esfera linguística. Assim, os conceitos seriam realidades singulares. A proposição “meu cachorro é pinscher” é significativa, uma vez que os signos que a compõe são entidades linguísticas compartilhadas pelos seres humanos, não uma representação ou ideia abstrata. O próprio Guilherme de Occam foi enfático ao dizer: Não se deve multiplicar entidades além do necessário!

Contudo, os filósofos modernos e contemporâneos, como Kant, Wittgenstein, Sellars, McDowell, Brandom, entre outros, geralmente são associados à uma espécie de nominalismo moderado, em que não negam representações mentais, mas dão um valor significativo à linguagem. Para estes filósofos, a relação entre perceber e conceitualizar dependem de um espaço inferencial, no qual conceitos como “x é vermelho”, “a árvore é verde”, ganha sentido no uso compartilhado entre os falantes publicamente. Desse modo, os filósofos acima citados podem ser descritos como integrantes da corrente linguística do uso dos conceitos.

John McDowell compreende o conceitual enquanto o conteúdo de uma experiência que pode ser linguisticamente articulado (MCDOWELL, 2005, p.84). Os conteúdos conceituais podem assumir forma proposicional, isto é, podem especificar experiências linguisticamente. Tais conteúdos são as bases para que possamos descrever e justificar proposicionalmente nossas experiências perceptivas. Em outras palavras, a justificação epistêmica e as capacidades inferenciais são possíveis porque os conteúdos da experiência são conceituais. Esse conteúdo conceitual quando assume forma de proposição, McDowell chama de conceitos demonstrativos, como, por exemplo, a sentença “Este livro é azul” ou “ Aquela casa é azul marinho”.

Para ele, a experiência perceptiva tem um papel justificador, do contrário, nossas crenças expressariam relações conceituais sem nenhum, digamos, lastro empírico. Ele concebe que a experiência perceptiva serve de razão para as crenças, mas, no entanto, não significa pressupor que a experiência contenha um conteúdo que por si só justifica nossas crenças acerca de estados de coisas no mundo. Se alguém é capaz de afirmar a crença de que “a xícara

de café é vermelha” seja verdadeira, é porque há um vínculo entre conteúdos conceituais e proposicionais, crença e justificação. Nossas inferências cotidianas sobre certos estados de coisas são possíveis porque há conteúdos conceituais (Isto é vermelho) e proposicionais (Esta xícara é vermelha, não azul) num jogo de dar e receber razões.

De acordo com McDowell, um conteúdo em forma proposicional serve como uma premissa num argumento e deve estar disponível sempre que damos e pedimos razões para nossas crenças. O fato de S crer que P é o caso só é garantido se e somente se a experiência perceptiva servir como uma razão e houver capacidades conceituais operando na alegação de S acerca de P. Esse pressuposto, do qual McDowell lança mão, faz com que (1) seja garantido o contato racional entre experiência perceptiva e as crenças; (2) seja rejeitada a proposta fundacionista segundo a qual crenças básicas não inferenciais servem de premissa para justificar nossas crenças inferenciais.

A proposta fundacionista<sup>3</sup> consiste em sustentar que os conteúdos dos sentidos por si só justificam alegações de crenças perceptivas. Nesse sentido, uma experiência perceptiva x seria justificada porque o conteúdo dos sentidos dá ao sujeito percipiente um acesso direto e indiscriminado aos estados de coisas no mundo. O que garante a veracidade ou falsidade de um julgamento não é um conteúdo proposicional, mas o conteúdo dos sentidos. Tal conteúdo não possui uma estrutura proposicional ou inferencial, ao contrário, ele serve para que possamos realizar crenças inferenciais. Segundo essa ideia, nossas crenças não são justificadas apenas por inferências, pois, se não houver uma crença não inferencial que sirva de base tanto para nossas alegações sobre o mundo quanto para mantermos nossa cadeia inferencial articulada, então teremos um regresso ao infinito, e nosso conhecimento não terá fundamento. Além disso, os dados dos sentidos são condições necessárias para que nossas articulações inferenciais sejam realizadas com sucesso. Portanto, os dados dos sentidos, enquanto conteúdos sensoriais não inferenciais, possibilitam a articulação de crenças inferenciais.

Contudo, o ponto central do fundacionismo é sustentar que a experiência perceptiva não depende de conteúdos conceituais, proposicionais ou inferenciais. A experiência perceptiva possui um conteúdo (não conceitual) mais básico. Esse conteúdo nos dá acesso direto ao mundo,

---

<sup>3</sup> O fundacionismo criticado tanto por Sellars quanto por McDowell é o fundacionismo empirista, em que defende que há, na experiência, dados dos sentidos que são intermediários epistêmicos que justificam crenças sem a necessidade de articulação inferencial. Esses dados dos sentidos, enquanto crenças básicas, já são, em si mesmos, justificados. Além desse fundacionismo, há também o fundacionismo racionalista, segundo o qual há verdades anteriores ao conhecimento, como verdades analíticas e sintéticas. Contudo, em ambos os casos, defende-se que o conhecimento tem uma fundação. Para uma análise mais detalhada dos diferentes modos de fundacionismo, como “fundacionismo clássico”, “moderado”, “internalista” e “externalista”, Cf. FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

sem mediação conceitual ou inferencial. Em poucas palavras, o que medeia a mente e o mundo são os dados dos sentidos, não conceitos inferencialmente bem articulados.

Para discordar de tais afirmações, McDowell se filia às severas críticas que Wilfrid Sellars (2008) disparou contra os pressupostos do fundacionismo<sup>4</sup>. Sellars pretende atacar toda a estrutura conceitual da teoria dos dados dos sentidos, isto é, os pontos centrais nos quais a teoria dos dados dos sentidos se fundamenta. Ele denomina como “Mito do Dado” a concepção filosófica segundo a qual os dados dos sentidos seriam apreensões sensíveis e que eles resultam em conhecimento não-inferencial.

O Mito do Dado é a ideia de que há de fato tem de haver, uma estrutura de questões de fato particulares tais que (a) cada fato não somente ser conhecido não-inferencialmente como sendo o caso, porém não pressupõe nenhum outro conhecimento, seja de questões de fato particulares ou de verdades gerais; e (b) tal que o conhecimento não-inferencial de fatos pertencentes a esta estrutura constitui a corte última de apelação para todas as afirmações factuais – particulares e gerais – sobre o mundo (SELLARS, 2008, p. 74)<sup>5</sup>

De acordo com tal ideia, a consciência que alguém tem de algo possui duas propriedades fundamentais: (1) Estar num estado  $x$  implica conhecimento; (2) Ter a capacidade de estar em algum tipo de estado, não pressupõe a aquisição de quaisquer conceitos. Ao pegar minha xícara de café percebo que ela tem certas estruturas específicas como certa rigidez, redondeza etc., como também ao tomar o café sinto certo amargor. Eu conheço tais estruturas não porque conceituo ou faço inferências, mas porque o conteúdo dos sentidos (dado dos sentidos) me assegura um contato direto ao objeto dos sentidos. Nesse sentido, nosso conhecimento empírico é fundado nos dados dos sentidos, não em crenças inferencialmente articuladas. Sellars descreve a teoria dos dados dos sentidos em três premissas: a)  $X$  sente o conteúdo dos sentidos  $S$  implica  $X$  sabe não-inferencialmente de que  $S$  é vermelho; b) A habilidade de sentir conteúdos dos sentidos é não adquirida; c) A habilidade de saber fatos da forma  $x$  é  $\Phi$  é adquirida (SELLARS, 2008, p.29).

No entanto, Sellars vê uma inconsistência em tais afirmações, pois, caso o conhecimento

---

<sup>4</sup> A crítica de Sellars se dirige especificamente ao fundacionismo do atomismo lógico, defendido pelos filósofos empiristas do Círculo de Viena, tal qual, Alfred J Ayer, Rudolf Carnap e outros. O atomismo lógico fora introduzido na filosofia analítica por Bertrand Russell. A ideia central é que uma experiência ou um grupo de experiências constituem toda a justificação possível que uma crença básica pode ter. A experiência perceptiva, assim, justifica crenças independentemente de inferências, pois ela garante um contato direto com objetos perceptivos. Para uma exposição mais detalhada dessa ideia, Cf. RUSSELL, B. **Problemas da filosofia**, Lisboa: Edições 70, 2008, p. 107.

<sup>5</sup> O livro **Empiricism and the Philosophy of Mind** foi publicado originalmente em 1956, na coleção *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, vol. 1, editado por Herbert Feigl e Michael Scriven. Ele foi reeditado pela Harvard University Press em 1997. Utilizaremos a edição brasileira **Empirismo e filosofia da mente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, traduzido por Sofia I. A. Stein.



de um fato seja adquirido e caso uma apreensão sensível implique o conhecimento de um fato, então a apreensão sensível também é adquirida. Assim, (a) e (c) implicam não-(b). Contudo, (a) e (b) implicam em não-(c), na medida em que a habilidade de perceber não é adquirida e implica o conhecimento de um fato, porém, sendo assim, a habilidade de conhecer fatos não seria adquirida. Se a habilidade de perceber não é adquirida e a habilidade de conhecer fatos é, então uma apreensão sensível não implica em qualquer conhecimento inferencial, pois (b) e (c) implicam em não-(a). Sellars diz que a tentativa filosófica de dar *status* epistêmicos à apreensão sensível está fadada ao fracasso, pois uma apreensão sensível, em uma experiência perceptiva, possui apenas um papel causal e não epistêmico.

Os conteúdos dos sentidos, assim, não asseguram conhecimento algum, uma vez que quando S diz saber que P é o caso, o que garante a veracidade ou não de tal alegação é a articulação conceitual e inferencial que S possui dentro do jogo de dar e receber razões. Dessa forma, apenas o que tem conteúdo proposicional e é conceitualmente articulado pode servir de justificação e, assim, constituir conhecimento.

De acordo com Sellars, apenas coisas com estrutura sentencial podem ser premissas de uma inferência, e não conteúdos dos sentidos. Ele assume o nominalismo psicológico segundo o qual “Toda consciência de tipos, semelhanças, fatos, etc., em suma, toda consciência de entidades abstratas – na verdade, toda consciência mesmo de particulares – é uma questão linguística” (Sellars, 2008, p. 68). Segundo essa ideia, os conteúdos (proposicionais) das nossas experiências perceptivas devem poder estar, (enquanto premissas) disponíveis para uma argumentação e estar disponível para uma argumentação significa possuir uma estrutura linguística, uma estrutura proposicional. Um saber proposicional, por exemplo, deve ser uma base para que possamos pôr em prática nossas habilidades inferenciais.

Assim, o conteúdo proposicional é aquele que serve como condição ao conhecimento, algo sem o qual não poderíamos fazer inferências. Isso quer dizer que o conhecimento se dá num espaço *sui generis* que não é determinado por relações causais, mas, sobretudo, que é determinado pela normatividade característica da argumentação, isto é, o conhecimento está dentro de um espaço lógico das razões, espaço este que nos permite dar e pedir razões. Nesse espaço, pomos em prática os conceitos que aprendemos e dominamos, habilidade esta que só é possível na medida em que articulamos publicamente e socialmente nossas inferências. Nós entendemos um conceito porque somos capazes de ter um domínio prático sobre as inferências nele envolvidas. Dominamos as práticas de dar e pedir razões, pois os conteúdos de uma crença ou experiência perceptiva são proposicionais.

O ponto essencial é que, ao caracterizar um episódio ou um estado como aquele de saber, não estamos dando uma descrição empírica de tal episódio ou estado; nós estamos situando no espaço lógico das razões, do justificar e ser capaz de justificar o que se diz (SELLARS, 2008, p. 81).

McDowell está afinado com a crítica de Sellars ao Mito do Dado, pois os dados dos sentidos, enquanto conteúdos não conceituais, não podem servir de justificação para as nossas crenças e percepções. Assumir tal ideia seria aceitar que dados fora do espaço lógico das razões sirvam de premissas para as nossas alegações sobre o mundo. Sendo assim, ele aceita a tese de Sellars segundo a qual apenas conteúdos proposicionais podem servir de premissas para nossas capacidades inferenciais. Contudo, ele pretende dar um passo adiante nas suposições de Sellars sobre a experiência perceptiva. Diferentemente de Sellars, McDowell aceita que a experiência, em si mesma, tem papel justificador. No seu entender, a percepção contém conceitos intrínsecos. A experiência perceptiva contém conceitos, pois a receptividade (intuição), ao estar em relação recíproca com a espontaneidade (entendimento), é em si conceitual.

Devemos entender aquilo que Kant chama de “intuição” – o ingresso de experiências – não como a mera obtenção de um Dado extraconceitual, mas como um tipo de ocorrência ou estado que já possui conteúdo conceitual. Na experiência, percebemos (por exemplo, vemos) *que as coisas são de tal e tal modo* (MCDOWELL, 2005, p. 45).

De acordo com Immanuel Kant (2012)<sup>6</sup>, para que haja conhecimento é preciso uma síntese entre a intuição sensível e o entendimento. Ele chama de faculdade da receptividade as entregas sensíveis de dados “brutos” advindos do mundo, dados sem articulação conceitual; a faculdade do entendimento seria responsável para articular conceitualmente tais dados. Assim, a síntese entre estas duas faculdades é condição necessária para que S saiba que P.

No entanto, McDowell procura interpretar a intuição sensível como conceitual, apesar de ainda não plenamente articulada, na medida que, para que haja essa articulação, é preciso a operação do entendimento. Esse insight kantiano, ao menos como McDowell entende a letra kantiana, permite-lhe elaborar uma proposta conceitualista tanto para fugir do Mito do Dado, segundo o qual os conteúdos não conceituais dos sentidos justificam nossas crenças, quanto para não isolar a percepção do mundo. Nesse sentido, os conteúdos conceituais, presentes tanto na intuição sensível quanto no entendimento, já estariam presentes na experiência perceptiva, eles seriam os fundamentos para que justifiquemos nossas crenças e percepções.

---

<sup>6</sup> A obra mencionada é a **Crítica da Razão Pura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, traduzida por Fernando Costa Mattos. Contudo, Kant publicou esta obra em duas edições, a primeira em 1781 e a segunda em 1787, respectivamente.

A concepção, portanto, de que a experiência possui conceitos intrínsecos, traz a ideia de que a experiência perceptiva tem papel de justificação, uma vez que, se há conteúdos conceituais na experiência, então tais conteúdos podem assumir forma proposicional e servir como premissas para argumentos. McDowell compreende que uma experiência perceptiva fornece uma razão para crer, possibilita aos sujeitos percipientes pensar essa razão, revisá-la e avaliá-la reflexivamente. Tais sujeitos são capazes de revisar e avaliar uma crença, porque o conteúdo conceitual está disponível para se dar e pedir razão.

A tese de que a experiência perceptiva contém conceitos intrínsecos fornece a McDowell fundamentos necessários para explicar a transição entre um estado perceptivo e um estado doxástico, isto é, a transição daquilo que simplesmente nos aparece na percepção para a formação de crenças perceptivas com conteúdo proposicional. Se a percepção contém conceitos intrínsecos, podem assumir, assim, uma forma proposicional. Nossas crenças inferenciais são possíveis porque os conteúdos conceituais estão disponíveis para que possamos descrever uma experiência perceptiva de *tal e tal modo*. Compreendendo a experiência perceptiva nesses termos, McDowell lança mão da ideia de conceitos demonstrativos, segundo o qual toda experiência perceptiva é conceitual, bastando que sujeitos percipientes possam descrever suas experiências de *tal e tal modo*, isto é, basta que eles sejam capazes de especificar suas experiências a partir de um pronome demonstrativo de forma proposicional, como “Isto é um verde x” ou “aquilo é um vermelho y”. Tal estratégia possui um lugar central no seu conceitualismo.

A capacidade de especificar uma experiência perceptiva a partir de conceitos demonstrativos, possibilita aos sujeitos percipientes maduros descreverem suas experiências de *tal e tal modo*. Assim, um objeto que é apresentado no campo visual de alguém pode ser especificado com um conceito demonstrativo. Por exemplo, se no campo visual de algum sujeito são apresentados dois tons de “verde” muito parecidos, ele pode especificá-los como “Isto é um verde y” e “Este é um verde x”. Uma experiência perceptiva é conceitual ou conceituável porque pode-se pôr um conceito demonstrativo em qualquer experiência. A ideia principal que McDowell quer sustentar é que o conteúdo da experiência perceptiva é proposicional porque os conteúdos conceituais são intrínsecas à experiência. Segundo ele,

Os conteúdos conceituais que são, neste sentido, os mais básicos, já estão presentes nas próprias impressões, nesses impactos do mundo sobre nossa sensibilidade. (...) As experiências já contêm conteúdo conceitual, e este último passo não nos conduz, portanto, para fora do espaço dos conceitos (MCDOWELL, 2005, p 46)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “Sugeri que podemos fazer isso, caso reconhecamos que as impressões do mundo sobre nossos sentidos já estão dotadas de conteúdo conceitual” (MCDOWELL, 2005, p. 55).

De acordo com essa visão, a experiência perceptiva se estruturaria por conteúdos conceituais, sem os quais nossos juízos e pensamentos acerca do mundo seriam impossíveis. Os nossos juízos sobre o mundo descrevem-no como *tal e tal*. Tais juízos de experiências só são possíveis mediante conteúdos conceituais, que assumem forma proposicional. Assim, nossas capacidades inferenciais são articuladas porque a experiência perceptiva possui conteúdos conceituais.

Numa experiência específica na qual alguém não está iludido, o que essa pessoa observa é *que as coisas são de tal e tal modo*. *Que as coisas são de tal e tal modo* é o conteúdo da experiência, e também pode ser o conteúdo de um juízo. (...) Nessa medida, ele é um conteúdo conceitual. Mas *que as coisas são de tal e tal modo* também é, caso não estejamos iludidos, um aspecto da disposição do mundo: é o modo como as coisas são (MCDOWELL, 2005, p. 63)<sup>8</sup>.

Para McDowell, a descrição de como as coisas são depende de articulações inferenciais e conceituais que permitam os sujeitos especificarem suas experiências como sendo de *tal e tal modo*. As capacidades conceituais possibilitam a articulação entre pensamento, juízo e experiência. Se na experiência perceptiva há essa articulação, é possível supor, de acordo com McDowell, que qualquer experiência perceptiva possui um conteúdo conceitual ou conceituável.

Um conteúdo é conceitual ou conceituável quando, em princípio, qualquer sujeito possa descrever sua experiência proposicionalmente (*de tal e tal modo*). Assim sendo, bastaria apenas que um ou mais sujeitos tivessem conceitos apropriados para descrever, por exemplo, tons próximos de cores de *tal e tal modo*. Experiências cromáticas, por exemplo, não estão além da esfera conceituável, pois pensamentos e juízos de experiência estão dentro da esfera do conceituável de toda experiência perceptiva. O conteúdo conceituável é qualquer conteúdo que pode ser pensável em uma experiência específica. Mas este conteúdo pensável não deve ser entendido no sentido privado em que um sujeito x, tenha acesso único e restrito a uma experiência subjetiva y. Esse conteúdo seria aquele que pode ser compartilhado por uma comunidade em que habilidades inferenciais são praticadas.

Para fundamentar suas teses filosóficas, McDowell procura subsídios na filosofia de Kant e Wittgenstein. Ele sustenta, a partir desses filósofos, que o “pensável” não pode ser compreendido do ponto de vista subjetivista (privado), mas sim como comunitariamente articulado. Kant teria feito a distinção entre “Sentido interno e “Sentido externo”, que possibilita a distinção entre “experiência interna” e ”experiência externa”. Em Wittgenstein,

---

<sup>8</sup> “Na experiência, percebemos (por exemplo, vemos) *que as coisas são de tal e tal modo*. Este é o tipo da coisa que também podemos, por exemplo, julgar” (MCDOWELL, 2005, P. 45)

por sua vez, McDowell se inspira em sua crítica à linguagem privada para sustentar a ideia da inseparabilidade entre pensável, isto é, o conceitualizável, e o mundo.

Ainda segundo Kant, no sentido interno estaria a articulação do sujeito com suas próprias representações num sentido subjetivo, ligado à consciência. Interno, pois diz respeito ao tempo, àquilo que o sujeito articula no pensamento e no juízo a partir das suas próprias experiências. Já o sentido externo, diferentemente, diz respeito às propriedades e relações do objeto, nesse sentido, o sentido externo estaria ligado ao espaço. As formas a priori da sensibilidade.

Se entendermos “sentido externo” como uma experiência na qual o reino da justificação necessita de impressões exteriores à consciência, o objetivo de McDowell é poder articular, impressões vindas de fora do entendimento, os pensamentos e juízos. Contudo, essa articulação não visa conceber tais experiências externas como um dado dos sentidos, isto é, como um fundamento não conceitual ao pensamento e aos juízos, na medida que as impressões sensíveis são conceitualmente articuladas ao estarem em cooperação com a faculdade do entendimento.

Em relação ao argumento da linguagem privada de Wittgenstein, McDowell vê um caminho contra a alegação de que experiência interna (em primeira pessoa) seja um fundamento coerente para nossos juízos. Por exemplo, alguém poderia expressar verbalmente que sente uma dor na perna, mas esse enunciado não poderia ser entendido numa linguagem privada, fora de uma comunidade linguística.

Para Wittgenstein, o significado e a referência das nossas palavras estão dentro de jogos de linguagem, ou seja, só tem sentido uma palavra ou sentença se mais seres falantes puderem situá-la no uso cotidiano. O que se quer dizer com isso é que a simples presença, de uma linguagem privada, “não pode fornecer ao repertório conceitual um input justificador vindo de fora, que é exatamente o tipo de coisa pelo que a conexão entre conceitos e espontaneidade nos faz ansiar” (MCDOWELL, 2005, p. 57).

De acordo com McDowell, um conceito não pode ser uma articulação justificadora com uma simples presença, uma vez que isso implicaria admitir a possibilidade de conceitos privados. Para ele, as capacidades conceituais, ao estarem em plena articulação entre receptividade (intuição), as impressões impostas pelo mundo, e a espontaneidade (entendimento), a faculdade onde são operados os conceitos, são conceitos gerais, não restritos a um sujeito que alega privatamente suas crenças. A crença de que o sol é amarelo apenas ganha significado quando mais pessoas podem compartilhá-la intersubjetivamente. Portanto, o que se quer mostrar é que pensamentos não estão fora do mundo, pois capacidades conceituais

estão em operação na receptividade.

Quando falamos em experiência cromática, por exemplo, o “ser vermelho” (experiência externa) não pode ser entendido como diferentemente de “parecer vermelho”.

O que é ser vermelho, por exemplo, não é inteligível se não vier no mesmo pacote que o entendimento do que é parecer vermelho. A ideia de ser vermelho não é mais extensa do que a ideia de ser vermelho como as coisas vermelhas se parecem nas circunstâncias adequadas. (MCDOWELL, 2005, p. 67).

A experiência externa, segundo McDowell, deve ser entendida enquanto atividade de um sujeito passivamente investido de conteúdos conceituais. A aplicação de conteúdos conceituais não seria característica apenas de uma experiência interna, isto é, de experiência subjetiva de “sentir uma dor ou medo”. Quando alguém experimenta algo externo, como um objeto sendo *assim e assim*, tal experiência não é desprovida de conteúdos conceituais, pois, no entender de McDowell, as impressões sensíveis são conceitualmente articuladas, porque somos capazes de descrevê-las de *tal e tal modo*. Assim, tanto a experiência interna quanto a externa são constituídas de conceitos, uma vez que intuições e conceitos estão em cooperação. Em poucas palavras, “ser vermelho” (experiência externa) não pode estar além das capacidades conceituais, nem o “ver vermelho” (experiência interna), além do que o mundo nos apresenta. Ambas devem ser compreendidas como contendo conteúdos conceituais. Somos capazes de descrever nossas experiências perceptivas de *tal e tal modo*, pois o que é conceitual não está além do mundo.

Com efeito, de acordo com McDowell, a tese do conteúdo conceitual e proposicional consegue dar conta tanto das impressões sensoriais vindas de fora da mente quanto daquelas que surgem do próprio pensamento. Experiência, justificação, impressões e conceitos estariam intrinsecamente relacionados no espaço lógico das razões. Essa articulação nos permite ser responsáveis por nossas alegações acerca do mundo, articulação pela qual mente e mundo estão em pleno contato.

Ao adotar uma concepção conceitualista acerca do conteúdo da experiência perceptiva, McDowell assume uma posição representacionalista do conteúdo conceitual<sup>9</sup>. Paralelo, os

---

<sup>9</sup> Para essa corrente de pensamento, as representações são constituídas por conceitos, isto é, quando representamos certos estados de coisas estamos aplicando conceitos. Contudo, há representacionalistas que defendem conteúdos não conceituais. Para estes, podemos representar objetos intuitivamente sem a mediação conceitual ou inferencial. Cf., por exemplo, KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, B22 e B132; KANT, I. **Lógica de Jäsche**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011, A41, p. 50; PEACOCKE, C. **Does Perception Have a Nonconceptual Content?** *The Journal of Philosophy*, Vol. 98, No. 5 (May, 2001).

conteúdos de uma experiência são representações conceituais. Apesar da sua posição estar dentro da corrente inferencialista<sup>10</sup>, tal qual as posições de Sellars e de Robert Brandom, suas suposições são altamente intelectualistas<sup>11</sup>. Robert Brandom (2013), por sua vez, propõe habilidades inferenciais sem pressupor um intelectualismo representacionista. Ele não compreende os conteúdos conceituais e proposicionais em termos representacionais, mas enquanto um saber prático (Know-How), um domínio prático do jogo de dar e pedir razões. Os conteúdos proposicionais são entendidos por Brandom como conteúdos disponíveis para aqueles seres vivos que estão comprometidos com práticas linguísticas. Nesse sentido, tais conteúdos estão disponíveis para serem utilizados como uma premissa, conclusão ou uma razão em inferências. Os conteúdos conceituais como “vermelho” ou proposicionais como “isto é verde” servem como itens para articulações inferenciais. Assim diz Brandom,

De acordo com a abordagem inferencialista do uso de conceitos, ao fazer uma afirmação alguém está implicitamente endossando um conjunto de inferências, as quais articulam seu conteúdo conceitual. Endossar implicitamente essas inferências é um tipo de ação. Entender o conteúdo conceitual com o qual alguém está se comprometendo é um tipo de domínio de uma prática: um elemento de *know-how* que consiste em estar apto a discriminar o que se segue e o que não se segue da afirmação, o que seria uma evidência a favor e contra ela, e assim por diante. Explicitar esse conhecimento prático, as inferências que alguém implicitamente endossou, é colocá-lo na forma de uma afirmação *de que* as coisas são assim e assim (BRANDOM, 2013, p. 31)<sup>12</sup>.

O inferencialismo proposto por Brandom consiste na ideia de que expressar algo nada mais é do que tornar algo implícito (potencialmente expressável) em explícito (o que é realmente expresso). Assim, ao expressar algo, estamos tornando explícitos os conceitos, estamos disponibilizando os conteúdos proposicionais dentro de um espaço lógico de dar e pedir razões. De acordo com Brandom (2013, p. 31), os conteúdos proposicionais podem ser

---

<sup>10</sup> Contemporaneamente, o inferencialismo se opõe a ideia de que os conteúdos do pensamento não devem ser restritos às representações mentais que um indivíduo possui internamente ou em termos referenciais, isto é, o sentido de um termo linguístico só tem significado se houver correspondência a objetos. Diferentemente dessas duas alternativas, o inferencialismo sustenta que os conteúdos do pensamento possuem sentido quando são expressos publicamente. Os conteúdos conceituais e proposicionais são expressos quando os indivíduos dão e pedem razões. Tais conteúdos são premissas para um argumento, ou seja, servem para articulações inferenciais. O “Mamífero” (conteúdo conceitual) ou “isto é um Gato” (conteúdo proposicional) são conteúdos disponíveis para inferências, como “Se todo gato é Mamífero, Frodo é um gato, então, Frodo é um Mamífero”. A ideia central é que os termos linguísticos de uma sentença declarativa ganham sentido quando são expressões em uma linguagem proposicional. Para uma introdução detalhada do inferencialismo, Cf. BRANDOM, R. **Articulando Razões: Uma introdução ao inferencialismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

<sup>11</sup> O intelectualismo sustenta a ideia segundo a qual o entendimento é condição necessária e suficiente para que haja experiência perceptiva. Em outras palavras, sem representações conscientes e internas não há processos cognitivos.

<sup>12</sup> BRANDOM, Robert. **Articulando Razões: uma introdução ao inferencialismo**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013, traduzido por Agemir Bavaresco (et al), mas originalmente publicado pela Harvard University Press, em 2000.

expressos num vocabulário lógico básico. Se alguém possui uma linguagem bem articulada, pode expressar um condicional ou uma negação. Por exemplo, pode-se dizer: “Se miau é um gato, então é mamífero”, ou “Se Miau é um peixe, então não é um mamífero”. Os conteúdos conceituais “mamíferos” e os conteúdos proposicionais “Miau é um gato”, seriam conteúdos disponíveis para que se possa articular inferências.

Tais inferências podem ser válidas ou inválidas, mas o que pode decidir o que *se segue de* ou se o *uso* do conceito *x* é legítimo seria o jogo de dar e pedir razões. O uso de conteúdos proposicionais em inferências não seria algo individual, mas coletivo. A aceitação, recusa ou reconhecimento de um conceito deve ser algo avaliado e discutido pública e socialmente pelos agentes dispostos a dar e pedir razões. Apesar de Brandom procurar analisar os usos inferenciais em perspectiva ascendente, isto é, o uso conceitual dos seres humanos maduros capazes de inferências articuladas e complexas, seu inferencialismo distingue-se bastante do inferencialismo representacional adotado por McDowell. O que interessa nas análises de Brandom não é a capacidade interna ou representacional de algum indivíduo, mas como indivíduos justificam publicamente seus conceitos e expressam em inferências o que afirmam ou negam.

No entanto, apesar de McDowell sustentar que o uso de um conceito não é algo privado, mas coletivo, ele acaba adotando o representacionalismo conceitual, isto é, a ideia de que só se pode representar estados de coisas do mundo a partir de conceitos, na medida e que a percepção está vinculada à esfera do entendimento. Ou seja, um sujeito *x* percebe um objeto *y* porque há atividade da espontaneidade (entendimento) operando. A espontaneidade é o modo pelo qual Kant denominou a faculdade humana onde são operados os conceitos. De todo modo, ele sustenta que a esfera intelectual é uma condição necessária e suficiente para haver experiência perceptiva.

A posição do representacionalismo conceitual afirma que toda a experiência perceptiva é conceitual, uma vez que os conteúdos conceituais são intrinsecamente presentes na percepção. Tais conteúdos seriam condições necessárias para que justifiquemos nossas crenças e sejamos capazes de inferências. Entretanto, este pressuposto parece deixar de lado o fato de que crianças pré-linguísticas e animais não humanos não possuem uma linguagem articulada, no sentido inferencial. Se a experiência perceptiva deve estar dentro do espaço lógico de dar e pedir razões, isto é, um espaço racional no qual disponibilizamos conceitos para inferirmos “Se *x*, então *y*”, então os animais não humanos e crianças pré-linguísticas não percebem o mundo? McDowell (2005, p. 156) não leva em conta que mesmo sem dar e pedir razões tais seres



representam e percebem estados de coisas no mundo. Portanto, reduzir representações ao inferencial, tal qual “Se isto é verde, não é vermelho”, deixa de lado diversas experiências perceptivas.

As representações não devem ser entendidas apenas de modo conceitual, mas também de modo não conceitual ou proto-conceituais, pois tanto animais não humanos e bebês quanto animais humanos são capazes de representação mesmo sem articulação conceitual ou inferencial. O ponto central de tais questionamentos é que reduzir a percepção às representações conceituais e às capacidades inferenciais, restringe a experiência perceptiva apenas aos seres humanos maduros, àqueles que possuem uma linguagem complexa.

Vimos até aqui como McDowell articula conteúdos conceituais, proposicionais, justificação e inferência. No entanto, para entendermos melhor os fundamentos cruciais do seu conceitualismo, se faz necessário apresentarmos a discussão entre ele e Donald Davidson. Dessa forma, na próxima seção iremos nos ater à oscilação entre o Mito do Dado e o coerentismo de Davidson, do qual McDowell pretende escapar. De acordo com seu ponto de vista, tanto a ideia de que há dados dos sentidos (Mito do Dado) mediando a mente e o mundo quanto a posição coerentista, segundo a qual não há conteúdos empíricos fora do espaço lógico das razões, não são alternativas viáveis para estabelecer um contato racional entre mente e mundo.

## 2.2 A OSCILAÇÃO ENTRE MITO DO DADO E O COERENTISMO

De acordo com McDowell, para que a mente entre em contato com o mundo, é necessário que haja uma articulação entre pensamento, juízo e experiências. Pressupor um conteúdo que seja não conceitual seria admitir que dados dos sentidos sejam responsáveis pela mediação entre mente e mundo, tais dados, enquanto conteúdos não conceituais, não podem ser intermediários epistêmicos. O problema, segundo ele, é que esses dados extrapolariam o espaço lógico das razões, esfera racional que nos permite justificar nossas alegações acerca do que experienciamos. A experiência forneceria conteúdos que seriam extensões do espaço dos conceitos. No entanto, McDowell compreende que apenas um conteúdo representacional conceitual pode servir de razão às nossas crenças.

No seu entender, a experiência cumpre uma função epistêmica relevante para o contato entre mente e mundo, caso a experiência seja compreendida como possuidora de conteúdo conceitual. O objetivo primordial dele é lançar mão de um conceito mínimo de empirismo para, de um lado, rejeitar a tese fundacionista segundo a qual os dados dos sentidos seriam instâncias

necessárias à experiência perceptiva, de outro lado, dar um valor justificador à experiência. Assim, sem os conceitos nossa visão de mundo seria cega, sem a experiência seria vazia. Uma filosofia da percepção deve dar conta tanto das relações conceituais e inferenciais entre as crenças, como dos conteúdos que a experiência fornece. McDowell, portanto, busca oferecer uma saída conceitualista ao Mito do Dado e ao coerentismo davidsoniano.

Segundo o coerentismo de Donald Davidson, a experiência não desempenha nenhum papel justificador para nossas crenças e pensamentos. Ele nega a ideia do Mito do Dado segundo a qual conteúdos empíricos desempenham qualquer papel na justificação epistêmica, isto é, ele nega que os dados dos sentidos por si mesmos sejam justificadores de experiência perceptiva. A ideia principal do coerentismo, é afirmar que “nada pode contar como uma razão para sustentar uma crença exceto uma outra crença” (DAVIDSON, 2001a, p.141). Nesse sentido, o que garante a justificação das nossas crenças não pode ser nenhum dado extraconceitual, apenas as crenças. Quanto mais o sistema de crenças é coerente entre si, mais justificado ele está. O empirismo falharia em apelar aos dados dos sentidos para justificar crenças perceptivas. A experiência seria um tribunal último, uma espécie de apelação à veracidade ou falsidade da experiência perceptiva. Contudo, Davidson procura rejeitar que a veracidade das nossas crenças dependa dos sentidos.

Para garantir a verdade de uma crença, não deveríamos recorrer aos conteúdos empíricos, pois “a crença é, em sua natureza, verídica” (DAVIDSON, 2001a, p. 141). Ao destacar a veracidade *per se* das crenças, Davidson procura estabelecer um contato racional entre crenças, justificações e agentes perceptivos. Para manter coerente o sistema de crenças, e com isso, garantir que haja veracidade, ele introduz a noção de interpretação. A interpretação estabelece uma relação entre verdade e significado. Nós atribuímos verdade às crenças, porque compreendemos que as pessoas estão a falar a verdade. Caso contrário, não conseguiríamos nos comunicar. Nada do que dizemos a respeito do mundo seria crível. Assim, o princípio da caridade se faz necessário. Ele diz que é preciso maximizar a coerência e a verdade das crenças atribuídas ao interpretado. Se alguém nos relata que “se p e q, então y”, o intérprete deve analisar o sistema de crenças do interpretado, ver se o que se diz é coerente. Quanto mais coerente for tal sistema de crenças, mais veraz ele será. Com isso, Davidson postula que o significado e interpretação de uma crença não deve vir de um conteúdo intermediário fora da relação racional tal qual os teóricos dos sentidos sustentaram.

O erro não estaria apenas na alegação de que os conteúdos dos sentidos possuem um papel justificador, mas, sobretudo, na própria noção de conteúdo empírico. Davidson critica Willard Quine (2011) por ter mantido a noção de conteúdo empírico na sua crítica aos dois

dogmas do empirismo. Quine criticara o empirismo moderno por manter as crenças de verdade analítica/sintética, segundo a qual os significados de um enunciado não dependem de questões de fato, de um lado, e o reducionismo, segundo o qual os termos de um enunciado significativo se referem à experiência imediata, de outro, sem crítica a essas noções. O empirismo teria sido fundado nesses dois dogmas. No entanto, ele não abandona a noção de conteúdo empírico, apenas ressalta que “é equivocado falar do conteúdo empírico de um enunciado” (Quine, 2011, p. 67).

No seu entender, o conteúdo empírico não deve ser descrito como um termo a parte do conjunto significativo de um enunciado. O significado de um termo só faz sentido numa frase composta. Os conteúdos empíricos seriam dados na experiência e articulados numa proposição. Assim, o significado só tem sentido numa proposição, não em seus termos individuais.

Davidson acusa o empirismo de cair num terceiro dogma, ou seja, cair no dualismo entre “esquema conceitual” e “conteúdo empírico” (dado). O esquema conceitual seria a articulação conceitual que um sujeito percipiente faz ao descrever uma experiência perceptiva, já o conteúdo empírico seria o dado dos sentidos ao qual tal articulação se refere. De acordo com Davidson

Se abandonarmos o dualismo, abandonamos a concepção de significado que o acompanha, mas não seremos obrigados a desistir da ideia de conteúdo empírico: podemos sustentar, se quisermos, que todas as sentenças possuem conteúdo empírico. Assim, no lugar do dualismo analítico-sintético, temos o dualismo entre esquema conceitual e conteúdo. Quero defender que esse segundo dualismo entre esquema e conteúdo, entre sistema organizador e algo esperando para ser organizado, não pode tornar-se inteligível ou defensável. Ele mesmo é um dogma do empirismo, o terceiro dogma. Terceiro e talvez o último, pois, se o abandonarmos, não é claro se ainda restará algo característico para chamarmos de empirismo (DAVIDSON, 1984, p. 189).

Ao abandonar a própria noção de conteúdo empírico, Davidson tem em vista restringir o racional apenas ao espaço lógico dos conceitos. No entanto, apesar da crítica severa ao empirismo, não significa que ele queira destruir qualquer forma de empirismo, mesmo porque, o seu coerentismo não nega que a experiência tenha algum papel importante na aquisição de crença, pois a experiência, enquanto fenômeno natural, interage causalmente com nosso sistema de crença, isto é, o fato da experiência causar crenças, não significa que esta sirva de razão para nossas crenças. A experiência não pode ser razão, pois não possui conteúdo. A esfera racional (conceitual) entre as crenças é o que dá razão e justificativa a elas.

O agente tem somente que refletir sobre o que é uma crença, por avaliar as suas mais básicas crenças que são verdadeiras, e entre suas crenças, as que são mais seguras e as que são mais coerentes com o corpo principal de crenças são as mais aptas a serem verdadeiras (DAVIDSON, 2001a, p. 153).

De acordo com Davidson, as crenças ao estarem no espaço lógico dos conceitos são justificações de experiências perceptivas. Neste sentido, percebe-se claramente a impossibilidade de qualquer versão fundacionista da percepção, na medida em que, se o que garante a verdade de uma crença é termos uma rede de outras crenças, não há qualquer fundamento não conceitual que garanta nossas crenças. Com essas formulações, ele impede que haja intermediários epistêmicos entre crenças e intérpretes. Em poucas palavras, para interpretar um sistema de crenças, os agentes perceptivos não precisam recorrer aos dados dos sentidos, como instância suprema, tal qual foi posto pelos teóricos dos sentidos. Julgamos corretamente um sistema de crenças porque são coerentes ou não. No entanto, a recusa aos dados dos sentidos como intermediários epistêmicos não significa o abandono ao mundo, às impressões que os sentidos causalmente nos fornecem. Assim diz Davidson:

Quando rejeitei o empirismo, tentei deixar claro que me opunha à ideia de que há um elemento na experiência que serve como base e justificação do conhecimento empírico, um elemento que é privado e subjetivo, no sentido de que ele não deve nada ao que está fora da mente (DAVIDSON, 2001c, p. 285).<sup>13</sup>

A crítica ao empirismo não visa negar que a fonte do nosso conhecimento empírico são os sentidos, caso seja entendido no sentido causal, mas, sobretudo, a noção de que os dados dos sentidos sejam intermediários não conceituais entre mente e mundo. Nós temos conhecimento empírico porque os órgãos dos sentidos são causalmente essenciais (DAVIDSON, 2005, p. 59). Portanto, o empirismo que está sendo rejeitado nada mais é que aquele que prega que os dados dos sentidos possuem valor epistêmico para aquisição de crenças. O coerentismo de Davidson procura manter uma noção enfraquecida de experiência para não isolar mente e mundo.

McDowell acha insatisfatória a saída coerentista adotada por Davidson. No seu entender, negar que haja conteúdos na experiência seria assumir uma postura radical perante o empirismo. Ele tenta sair da oscilação entre Mito do Dado e coerentismo preservando a noção de conteúdo, mas, diferente do Mito do Dado, compreende que o conteúdo da experiência deve ser conceitual. Se a experiência é entendida como possuidora de conteúdos intrínsecos, saímos dessa oscilação na medida em que se nega o papel epistêmico aos dados dos sentidos por não justificar experiências perceptivas e incluímos na experiência um papel justificador, pois, se há conceitos na experiência, a experiência pode ser um tribunal para as nossas alegações sobre

---

<sup>13</sup> “O empirismo é uma forma de subjetivismo na medida em que defende que a evidência última para as crenças sobre o mundo externo é alguma coisa não conceitual que é diretamente dada na experiência” (DAVIDSON, 2001c, p. 2).

o mundo. Em poucas palavras, ao assumir a ideia de empirismo mínimo, segundo o qual a experiência possui conceitos intrínsecos, McDowell conseguiria dar conta do contato racional entre mente e mundo.

Não obstante, como é que McDowell sugere uma resposta à impossibilidade de conteúdos empíricos serem justificações às nossas crenças e juízos sem cair no dualismo do “esquema conceitual” e “conteúdo” o qual Davidson ataca, nem a um retorno ao Mito do Dado? Primeiramente, McDowell rejeita que haja dualismo entre conceitos e conteúdos empíricos, pois ele entende que a experiência é uma coerção racional imposta ao pensamento.

O coerentismo coloca em risco a conexão da mente com o mundo, por estabelecer que a espontaneidade do pensamento conceitual não está sujeita a uma coerção racional vinda de fora, sugerindo uma imagem de clausura no âmbito do pensamento sem contato com algo exterior” (MCDOWELL, 2005b, p. 44).

Se de um lado, as concepções empiristas que assumem o Mito do Dado visam ampliar nossa experiência perceptiva para além da esfera conceitual, expandindo nossa percepção para além do espaço lógico das razões, por outro lado, o coerentismo, ao negar à experiência qualquer papel justificador, isola o pensamento de qualquer coerção racional externa ao sujeito percipiente. Essa é a oscilação da qual McDowell quer escapar. De acordo com a proposta que ele quer sugerir, as experiências têm papel justificador, por haver capacidades conceituais inerentes às próprias experiências. A experiência perceptiva não deve ser entendida como algo além do espaço lógico das razões, mas como integrante do espaço lógico de dar e receber razões.

Para responder à oscilação acima mencionada, McDowell vê na distinção kantiana do jogo recíproco entre espontaneidade e receptividade uma saída tanto ao dualismo davidsoniano quanto ao Mito do dado. Para ele, capacidades conceituais estão impregnadas em nossa experiência. “Sugeri que podemos fazer isto, caso reconheçamos que as impressões do mundo sobre nossos sentidos já estão dotadas de conteúdo conceitual” (MCDOWELL, 2005, p. 55).

Na filosofia de Kant, McDowell encontraria uma saída conceitualista capaz de relacionar conteúdo empírico e esquema conceitual sem cair no dualismo ao qual Davidson apontou como incontornável. Diz ele: “Devemos entender aquilo que Kant chama de ‘intuição’ – o ingresso de experiências – não como a mera obtenção de um Dado extraconceitual, mas com um tipo de ocorrência ou estado que já possui conteúdo conceitual” (MCDOWELL, 2005, p. 45). Em Kant ele encontrara ideias fundamentais para sustentar que capacidades conceituais são exercidas na receptividade (intuição sensível).

O importante a se notar é que nessa concepção a objeção de Davidson perde força, uma vez que, além de vencer o dualismo de esquema conceitual e conteúdo, as impressões sensíveis

(intuições) não tem um carácter absolutamente passivo como foi exposto por Davidson. As Capacidades conceituais ao estarem em plena operação já na receptividade, dão à intuição sensível um carácter ativo. Ou seja, se de um lado, a intuição é um material provindo da sensibilidade, vindas do mundo, por outro lado, sua relação com a espontaneidade (entendimento) não é autônoma, pois há uma cooperação intrínseca entre ambas: intuição e conceito são condições necessárias para nossa percepção, nosso contato com o mundo.

Se de um lado, o diagnóstico que McDowell realizou seja crítico às soluções do Mito do Dado e o coerentismo acerca do contato mente-mundo, de outro, seu prognóstico aponta para uma saída kantiana e conceitualista, no sentido de que as capacidades conceituais são intrínsecas às impressões sensíveis e estão em pleno jogo com a espontaneidade. Ele entende que o conceito de empirismo mínimo, segundo o qual há conteúdos conceituais intrínsecos às experiências, pode ser uma alternativa à oscilação que mencionamos acima. Seria nesse sentido que a mente e o mundo se relacionam.

Para concluir, a ideia central do seu conceitualismo é pôr as impressões não fora do espaço lógico dos conceitos, mas enquanto parte integrante do espaço lógico das razões. Contudo, antes de expormos o conceito de empirismo mínimo propriamente dito, nas próximas seções iremos esclarecer os conceitos de receptividade, espontaneidade e espaço lógico das razões, conceitos estes que são importantes para se entender a tese do empirismo mínimo.

### 2.3 RECEPTIVIDADE E ESPONTANEIDADE EM KANT

Immanuel Kant compreende que o conhecimento humano necessita tanto de uma parte sensível quanto intelectual. De um lado, a sensibilidade, a qual ele chama de receptividade, é a capacidade da mente receber representações pelo fato ser afetada por objetos, a partir dela nos são possíveis experiências como ver, ouvir, cheirar saborear etc., (KANT, 2012, B33; HÖFFE, 2005, p. 66). Sem essa parte sensível não seria possível ao conhecimento humano referir-se, reconhecer ou discriminar objetos no mundo. De outro lado, o entendimento, denominado de espontaneidade, é a faculdade onde são operados e organizados os conceitos. Ao receber os materiais desorganizados provindos da sensibilidade, o entendimento se ocupa de categorizá-lo conceitualmente para que haja conhecimento. Desse modo, falar em conhecimento significa conceber tanto a parte sensível quanto a parte intelectual que o fundamenta.

Kant chama de intuição sensível “Quaisquer que sejam o modo ou meios pelas quais um conhecimento se relaciona aos objetos, aquele pelo qual se relaciona imediatamente a eles,

e a que todo pensamento como meio se dirige, é a intuição” (KANT, 2012, B33), ou seja, o modo pela qual referimo-nos imediatamente aos objetos intramundanos sem a mediação do entendimento. Assim, se há uma referência imediata ao objeto “casa” sem a necessidade de inferências conceituais como “é uma moradia”, “serve como habitação”, tal conhecimento é intuitivo. Kant compreende que uma representação intuitiva é sempre singular, diferentemente de uma representação conceitual que se refere à marca característica comum do objeto. Assim nos diz Kant:

Todos os conhecimentos, quer dizer. Todas as representações relacionadas a um objeto são ou intuições ou conceitos. A intuição é uma representação singular (*repraesentatio singularis*), o conceito uma representação universal (*repraesentatio per notas communes*), ou refletida (*repraesentatio discursiva*) (Lógica Jäsche, ak 91, 2011, p. 109).

A representação conceitual, com efeito, consegue determinar o que é comum ao conceitual universal. Por exemplo, se digo que “x é homem”, é característico a esse conceito que “x é mortal” e “x é racional”. Apesar da "mortalidade" e "racionalidade" serem predicados acidentais, tais predicados podem ser subsumidos desse conceito geral “homem”. O que Kant tem em vista na distinção entre conhecimento intuitivo e conceitual, é estabelecer qual o papel que o entendimento tem na aquisição do conhecimento humano. Se há mediação do entendimento, o conhecimento é conceitual. Se não houver, o conhecimento é intuitivo.

Ademais, há algo importante a ser mencionado na concepção kantiana de conhecimento. Para ele, o conhecimento deve estar submetido ao tempo e espaço, formas a priori da sensibilidade, ou seja, sem espaço e tempo o conhecimento intuitivo e conceitual não seria possível, pois quando falamos em conhecimento, estamos a dizer em que medida os seres humanos (racionais e finitos) experienciam ou descrevem o mundo dessa ou daquela maneira. Assim sendo, para Kant, não nos é possível conhecer objetos fora do espaço e tempo.

Se somos capazes de representar objetos, é porque eles estão submetidos ao espaço/tempo. Kant sustenta que as noções de espaço e tempo são importantes para determinar quais objetos nos é possível conhecer. Se assim não o fosse, poderíamos conhecer objetos não espaço-temporais como Deus, a origem do universo etc. Na verdade, tais objetos nos estariam vedados, pois estão para além da sensibilidade humana.

De acordo com o conceitualismo de McDowell, o conhecimento humano, segundo Kant, para ser cognitivamente válido, necessita de uma síntese entre a intuição sensível (receptividade) e os conceitos provindos do entendimento (espontaneidade). Kant estaria defendendo que a síntese seria “a ação de somar diferentes representações umas às outras e

abarcam a sua diversidade em um conhecimento" (KANT, 2012, B103). A síntese ao ligar intuições e conceitos, dá conteúdo ao nosso conhecimento.

Os conceitualistas (McDowell; Brewer) compreendem que as bases do intelectualismo contemporâneo estão na filosofia kantiana, segundo a qual nos referimos a objetos quando há aplicação de intuições e conceitos (síntese), sem as quais não há experiência perceptiva. Ou seja, sem conceitos as intuições seriam cegas, sem intuições os conceitos seriam vazios. Uma passagem kantiana ilustraria o insight geral do conceitualismo contemporâneo:

Se denominamos sensibilidade à receptividade de nossa mente para receber representações, na medida em que ela é afetada de algum modo, então o entendimento, por outro lado, é a faculdade de produzir representações por si mesma, ou a espontaneidade do conhecimento. É próprio de nossa natureza que a intuição só possa ser sensível, i.e., que só contenha o modo como somos afetados pelos objetos. Por outro lado, a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível é o entendimento. Nenhuma dessas propriedades pode ser preferida à outra. Sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem o entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas (KANT, B75. 2012).

Conforme a leitura intelectualista de McDowell, Kant estaria dando as bases para o conceitualismo contemporâneo, uma vez que o *dictum* kantiano, segundo o qual intuições sem conceitos são cegas, estaria antecipando a tese básica do conceitualismo, no sentido de que toda nossa experiência perceptiva é mediada por conceitos, isto é, sem capacidades conceituais não há percepção humana, essas capacidades conceituais são condições *sine qua non* para nossas experiências no mundo.

Contudo, diferentemente da leitura conceitualista, Kant ao dizer que intuições sem conceitos são cegas, não está dizendo que elas não se referem a objetos independentemente do entendimento. Mas que experiências intuitivas são diferentes das conceituais. Ele quer dizer que há modos distintos de se representar objetos na percepção. Para ilustrar melhor o que quero dizer, exponho uma passagem da *Lógica de Jäsche* na qual ele distingue esses dois modos de representação.

Em todo conhecimento é preciso distinguir a matéria, isto é, o objeto, e a forma, isto é, o modo como conhecemos o objeto. – Assim, por exemplo, se um selvagem vê à distância uma casa cujo uso não conhece, ele tem, é verdade, diante de si na representação o mesmo objeto representado por uma outra pessoa que o conhece de maneira determinada como uma habitação destinada a pessoas. Mas, segundo a forma, esse / conhecimento de um e o mesmo objeto é diverso em ambos. Em um, é uma mera intuição, no outro, intuição e conceito ao mesmo tempo (KANT, A 41, 2011).

Segundo Kant, podemos representar objetos sem a mediação conceitual, tal representação seria pela mera intuição. Representações sensíveis nos dão o mesmo objeto tal qual a representação conceitual. Os dois modos de representar objetos são legítimos. Podemos,



por exemplo, perceber um objeto como uma árvore sem saber que ela é uma árvore, isto é, sem ter o conceito adequado para especificá-la como *tal e tal*. Assim, Kant sustenta que a intuição sensível se refere a objetos sem a mediação do entendimento (B122; B132). Entretanto, McDowell erroneamente toma Kant como um intelectualista, negando a autonomia das intuições em face da faculdade do entendimento. Para McDowell, as intuições sensíveis são totalmente dependentes da faculdade da espontaneidade. Intuições e conceitos estão num jogo recíproco, pois a espontaneidade é operante na intuição sensível.

Assim, a partir da junção entre a faculdade da receptividade e espontaneidade, ele procura estabelecer a base do seu conceitualismo. Kant, como exposto acima, daria a McDowell uma saída para a oscilação entre o Mito do Dado e o coerentismo de Davidson. Kant lhe daria ferramentas necessárias para aquilo que ele denominou de “empirismo mínimo”. Segundo tal noção, a experiência possui conceitos intrínsecos, possibilitando, assim, que a percepção tenha papel justificador. Se a experiência perceptiva for entendida nesses termos, então, seu conteúdo não deve ser tomado como algo fora do espaço lógico das razões. Tal espaço é condição de possibilidade para articular experiência perceptiva, justificção e inferência. Veremos a seguir que o conceito de espaço lógico das razões possibilita a McDowell limitar o conteúdo da experiência ao âmbito conceitual.

#### 2.4 O ESPAÇO LÓGICO DAS RAZÕES

O espaço lógico das razões é a ideia segundo a qual nossas alegações sobre o mundo devem ser situadas num contexto normativo, contexto do qual somos responsáveis por nossas afirmações sobre as coisas. Ao dar e pedir razões sobre determinada questão, por exemplo, se tal objeto possui ou não a propriedade “vermelha”, estamos situando as crenças, pensamentos e conceitos num espaço lógico no qual podemos articular inferencialmente o que queremos dizer. Tal articulação só é possível, pois há um contexto normativo como condição de possibilidade para o conhecimento humano. Sendo assim, quando descrevemos algo como tal e tal, estamos pondo este algo num contexto público em que nossas habilidades inferenciais podem ser justificadas (SELLARS, 2008, p. 81; MCDOWELL, 2005, p. 27; BRANDON, 2013, p. 47).

De acordo com McDowell, o espaço lógico das razões não deve ser oposto ao espaço lógico da natureza. Sellars estaria equivocado ao pôr em oposição dois espaços distintos, a saber, aquele em que haveria conhecimento inferencial e aquele em que as descrições empíricas estariam justificadas naturalmente. Uma descrição empírica, segundo Sellars, como “isto é

verde”, sem contexto normativo, não pode servir de autoridade para as nossas crenças e pensamentos por estar posicionada em um contexto natural e não inferencial. Sua crítica se dirige à posição fundacionista segundo a qual as impressões sensíveis constituiriam um tipo de conhecimento natural sem mediação inferencial. “Essa é a estrutura dentro da qual o empirismo tradicional faz sua afirmação característica de que o dado perceptualmente é a fundação do conhecimento empírico” (SELLARS, 2008, p. 82). Ao seu ver, o que percebemos no mundo não pode ser descrito não inferencialmente, uma vez que as nossas descrições perceptuais sempre estão em um espaço lógico racionalmente articulado. Em poucas palavras: para que um conhecimento tenha autoridade, isto é, seja legítimo, ele deve ser inferencial.

Contudo, será que sem um contexto normativo nossos juízos de experiência e pensamentos não tem autoridade? Para filósofos como Hubert Dreyfus (2005), Charles Travis (2007), Robert Hanna (2008), Bertrand Russell (2008), Christopher Peacocke (2001), Roberto Horácio Perreira (2014) entre outros., as descrições empíricas possuem autoridade mesmo sem estarem dentro de um espaço lógico inferencialmente articulado. Para eles, nossas crenças, pensamentos e juízos não são justificadas porque estão no espaço lógico das razões, mas porque nosso contato primordial com objetos intramundanos é não conceitual. Fenomenologicamente falando, crenças e juízos de experiência são possíveis porque já temos contato com o mundo, este contato primordial, não conceitual, é o que possibilita nossas capacidades inferenciais<sup>14</sup>.

As nossas experiências perceptivas, portanto, na visão dos autores acima mencionados, não dependem de articulações conceituais e proposicionais<sup>15</sup>. Ao observarmos uma árvore com certas propriedades e características não inferimos primeiro para depois experienciá-la, ao contrário, nós a experienciamos, reconhecemos suas propriedades e características<sup>16</sup> para depois descrevê-la de *tal e tal modo*. Assim, nossa capacidade discriminatória não depende de um espaço racional e inferencial.

No entanto, as críticas de Sellars, McDowell e Brandom se dirigem a um modelo de empirismo que concebe que há intermediários epistêmicos entre a mente e o mundo, os dados dos sentidos. Para Bertrand Russell, por exemplo,

---

<sup>14</sup> “Existem objetos não conceituais na experiência que permitem sustentar racionalmente o que pensamos” (TRAVIS, 2007, p. 226).

<sup>15</sup> “Verificamos se um julgamento é verdadeiro ou falso observando as coisas como elas são. (...) A verdade depende de como as coisas são – dessa forma, como as coisas são, resolve se existe carne no tapete, por exemplo – isto é parte do desdobramento do conceito de verdade: do que é e poderá ser” (TRAVIS, 2007, p. 243).

<sup>16</sup> “Só assim podemos ter uma experiência de objetos com propriedades sobre as quais podemos formar crenças, fazer juízos e justificar inferências. Ao mesmo tempo, no entanto, essa transformação oculta a percepção e a lida não-conceituais, que tornam possível nossa abertura ao mundo. Isso nos leva a deixar de lado a questão de como as habilidades perceptuais não-conceituais que compartilhamos com animais e crianças nos abrem a uma realidade mais básica do que aquela do conhecimento” (DREYFUS, 2005, P. 60-61).

Dados dos sentidos são as coisas que são imediatamente conhecidas pela sensação: coisas como cores, sons, cheiros, dureza, rugosidade, e assim por diante. Daremos o nome ‘sensação’ à experiência de estar imediatamente ciente destas coisas (RUSSELL, 2008, p. 73)<sup>17</sup>.

Segundo essa perspectiva, os dados dos sentidos seriam um tipo de conhecimento não inferencial pela qual nos possibilitaria um contato direto com objetos. Ao perceber uma árvore não estaríamos em contato com o objeto físico (a árvore em si), mas em contato com as suas características (verde, rígida, etc) através dos dados dos sentidos. Ou seja, não percebemos a árvore em si, mas somente os dados dos sentidos. Russell quer demonstrar que o conhecimento por familiaridade é diferente de um conhecimento por descrição (inferencial). No primeiro caso, temos familiaridade direta com o objeto (sei o que é uma árvore porque já tive familiaridade com uma), no segundo, sei de tal objeto pela descrição (nunca fui a Paris, mas posso saber que Paris é “a capital da França” e “uma cidade francesa”).

Para Russell, portanto, o conhecimento perceptivo teria um fundamento, um dado, algo pelo qual o obtemos por via de contato direto. “Todo o nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas como conhecimento de verdades, tem como fundamento o contato” (RUSSELL, 2008, p. 109).

Todavia, para filósofos como Wilfrid Sellars e John McDowell, seria uma ilusão pressupor que nosso conhecimento perceptivo tenha um fundamento não-inferencial. O empirismo tal qual proposto pelos filósofos do dado estaria baseando suas afirmações num mito (o Mito do Dado), não uma justificação plausível para o contato racional entre a mente e o mundo. O fundacionismo, na visão de Sellars, ao propor um conhecimento perceptivo não inferencial estaria deixando de lado o fato de que ‘conhecimento humano’ seria uma capacidade de dar e pedir razões. Ele destaca que “O ponto essencial é que, ao caracterizar um episódio ou um estado como aquele de saber, não estamos dando uma descrição empírica de tal episódio ou estado; nós o estamos situando no espaço lógico das razões, do justificar e ser capaz de justificar o que se diz” (SELLARS, 2008, p. 81). Nosso conhecimento perceptivo, desse modo, deve estar dentro de um contexto lógico e normativo, dentro de um espaço racional onde pomos em prática nossas crenças, pensamentos, conceitos e inferências.

McDowell compreende que ao pôr em oposição dois espaços lógicos, a saber, o espaço das razões e o espaço da natureza, estamos apenas acentuando o problema filosófico do contato entre a mente e o mundo, não oferecendo uma solução razoável. De um lado, Sellars estaria

---

<sup>17</sup> Conforme, **Os Problemas da Filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2008, traduzido por Desidério Murcho. Originalmente publicado pela Oxford University Press, em 1912.

correto ao afirmar que o lugar do conhecimento deve ser num contexto normativo e inferencial. Por outro lado, ao negar que a experiência seja um tribunal para nossas crenças e pensamentos estaria negligenciando o papel epistêmico que as impressões sensíveis tem para o nosso conhecimento. Assim, sua solução consiste em propor um empirismo mínimo para conciliar o espaço lógico da razão e o espaço lógico da natureza. Segundo o empirismo mínimo as descrições empíricas devem ser compreendidas dentro do espaço lógico das razões, pois a experiência contém conceitos intrínsecos. Se a experiência for compreendida como conceitualmente constituída, segue-se que ela pode ser um tribunal para as nossas crenças e pensamentos, pois as impressões sensíveis (intuição) não devem ser tomadas como opostas ao entendimento (conceito), mas em cooperação. McDowell afirma:

Devemos conceber esta cooperação de um modo absolutamente especial: devemos reiterar que o entendimento já está inextricavelmente implicado nas entregas da sensibilidade. Experiências são impressões que o mundo causa sobre nossos sentidos, são produtos da receptividade; mas aquelas impressões já são dotadas, elas mesmas, de conteúdo conceitual (MCDOWELL, 2005, p. 83).<sup>18</sup>

Assim, ele entende que há capacidades conceituais na experiência, na medida em que na receptividade haveria operações conceituais em plena ligação com a espontaneidade. Dito de outro modo, a receptividade ao estar ligada à espontaneidade, faz com que as capacidades conceituais permeiem a experiência perceptiva. Nesse sentido, McDowell compreende que a receptividade não é meramente passiva, mas possui uma operação constante com a faculdade da espontaneidade.

Ao conceber a experiência intrinsecamente envolvida por conceitos, McDowell entende que os conteúdos perceptivos não extrapolam o âmbito conceitual, porque eles estão dentro do espaço lógico das razões. Assim, o que ele quer sustentar é que a experiência ao ter capacidades conceituais, justifica epistemologicamente nossos conteúdos perceptivos. A experiência possui uma autoridade epistêmica porque está dentro do espaço lógico das razões, já que há capacidades conceituais em plena operação com a faculdade da espontaneidade (entendimento). Ela serve de razão para nossas crenças e juízos. Para ele, portanto, a articulação entre espaço lógico das razões e experiência é possível a partir do conceito de empirismo mínimo, algo que iremos abordar melhor na seção a seguir.

---

<sup>18</sup> “Segundo a imagem que eu recomendo, o conteúdo de uma experiência perceptiva já é conceitual. Um juízo de experiência não introduz um novo tipo de conteúdo, mas simplesmente endossa o conteúdo conceitual, ou parte dele, já possuído pela experiência na qual o juízo se fundamenta” (MCDOWELL, 2005, p. 85).

## 2.5 O EMPIRISMO MÍNIMO

Na seção anterior, vimos que, segundo McDowell, negar à experiência um papel justificacional ou mesmo compreendê-la fora do espaço lógico das razões traz uma oscilação incontornável para o contato entre a mente e o mundo.

Para sair dessa oscilação, McDowell propõe dar à experiência um papel de justificação para nossas crenças e pensamentos. A experiência, desse modo, não é vazia de conteúdo, mas possui um conteúdo conceitual. Se compreendermos que a experiência tem conteúdo empírico, então, ela pode ser responsável (serve de tribunal) para as crenças e pensamentos (MCDOWELL, 2005, 24). Com efeito, ao articular conteúdo empírico e julgamento (razão), ele propõe que o contato entre mente e mundo seja racional. Assumir tal prerrogativa, só é possível a partir de um empirismo mínimo no qual se relacione experiência, justificação e conteúdo conceitual.

McDowell lança mão daquilo que chama de “empirismo mínimo” para escapar da dicotomia entre experiência e conteúdo conceitual. De um lado, sem a experiência o pensamento seria vazio, de outro lado, sem o conteúdo conceitual, o pensamento empírico não poderia ser uma razão para nossas alegações de como as coisas são. De acordo com o empirismo mínimo, a experiência possui conceitos intrínsecos, pois “as capacidades conceituais, que pertencem à espontaneidade, já se encontram em ação nas próprias experiências, e não apenas nos juízos que se baseiam nelas” (MCDOWELL, 2005, p. 61).

Sellars e Davidson recusam o conteúdo empírico. Eles compreendem que as impressões sensíveis, ao serem materiais externos ao espaço das razões, não podem servir de razão para nossas crenças e pensamentos. Além disso, ambos defendem que apenas o que está no interior do espaço lógico das razões (ou o que constitui relação racional) pode servir de justificação para nossas crenças. O conhecimento está num contexto racional ou normativo, não em um contexto natural onde as impressões sensíveis se encontram. As impressões sensíveis, entretanto, estariam ligadas às crenças apenas de modo causal, não normativo. Um juízo de experiência como “este lápis é azul” não é correto ou incorreto porque uma impressão sensível dá uma razão, mas, porque o que se afirma está num espaço lógico racional em que tal afirmação pode ser negada ou afirmada. O fato de uma impressão impactar algum sujeito de certo modo, não significa que ela autoriza tal sujeito da veracidade ou falsidade da sua descrição.

A experiência, na perspectiva dos filósofos mencionados, portanto, isoladamente, não é uma razão para uma crença ou juízo. A impressão não poderia posicionar algo no espaço lógico

das razões. Contudo, McDowell vê na dicotomia entre experiência e razão algo problemático. Por trás de tal dicotomia estaria uma separação entre dois espaços lógicos distintos, a saber, o espaço lógico da natureza e o espaço lógico da razão.

O primeiro diz respeito a um espaço natural em que os julgamentos empíricos ocorrem externamente ao espaço das razões, sem um contexto normativo. Nesse espaço estariam as descrições empíricas em que as ciências naturais se baseiam. O natural seria descrito sem a necessidade de posicionar algo no interior de um espaço de dar e pedir razão. Uma descrição empírica teria autonomia em relação ao espaço das razões. O que compõe a razão e a justificação de um juízo de experiência tal qual “a árvore diante de mim tem propriedades *tais e tais*”, é o fato de tal descrição empírica ser verdadeira ou falsa, não de um espaço interno de razões. O posicionar algo na natureza “significa situá-la no domínio da lei” (MCDOWELL, 2005, p. 27).

O segundo diz que respeito a um espaço racional em que a descrição de algo como *tal e tal* sempre deve estar num contexto normativo, no qual as habilidades inferenciais de um sujeito percipiente podem ser articuladas. O que mantém a veracidade ou falsidade de uma crença empírica seria a relação racional entre crenças e justificações. Relações racionais são aquelas nas quais uma crença pode ser justificada. Sendo assim, nossas crenças para que sejam justificadas devem estar situadas no espaço lógico das razões, não situadas apenas na experiência. A ideia central do espaço lógico das razões é a defesa de que crenças empíricas só podem ser justificadas se e somente se houver articulação inferencial. A crença de alguém de que “o livro é azul” só ganha sentido se o conteúdo proposicional do que se afirma puder ser inferencialmente articulado.

Além disso, McDowell percebe que a dicotomia entre esses dois espaços gera uma tensão que impossibilita um contato satisfatório entre mente e mundo. Ele propõe resolver tal tensão alegando que a relação entre mente e mundo envolve uma conexão racional ou normativa e uma conexão causal. A conexão racional garante que o pensamento empírico possa ser verdadeiro ou falso. Já a conexão causal com o pensamento empírico seja sobre o mundo. Assim, ambas as conexões (racional e causal) possibilitam que o pensamento empírico não seja vazio. Uma experiência perceptiva contém tanto conteúdo proposicional (racional) quanto impressões sensíveis (causal). Contudo, as impressões já possuem conceitos operantes, uma vez que estão em plena reciprocidade com o entendimento. Assim diz McDowell:

As experiências mantém relações racionais com o juízo e com a crença, mas, para isso, devemos pressupor que a espontaneidade já está envolvida na receptividade; noutras palavras, devemos pressupor que as experiências possuem conteúdo conceitual (MCDOWELL, 2005, p. 205).

Diferentemente de Sellars e Davidson para quem as impressões sensíveis seriam apenas passivas e pré-conceituais, para McDowell, elas são ativas e conceituais, na medida em que estão em operação com o entendimento (espontaneidade). A ideia seria sustentar que a faculdade da receptividade e a faculdade da espontaneidade não agem autonomamente. Elas estão em acordo. Para McDowell, portanto, “o envolvimento simultâneo da receptividade e da espontaneidade nos permite dizer que, na experiência, podemos observar como as coisas são” (MCDOWELL, 2005, 62).

Dessa forma, ele entende que as experiências, na receptividade (intuição sensível), já se encontram em operação constante com a espontaneidade (faculdade dos conceitos). Em outras palavras, não há uma ausência de coerção racional do material vindo de fora do pensamento, pois os conceitos não são apenas operados no entendimento, também estão em operação na receptividade. Os seres humanos mantêm contato racional com o mundo, pois há conceitos tanto nas impressões sensíveis quanto no entendimento.

Quando alguém descreve uma experiência perceptiva está explicitando as capacidades conceituais que já estão disponíveis nas impressões. Dessa forma, ao receber uma impressão, por exemplo, uma árvore verde, somos capazes de especificá-la conceitualmente de *tal e tal modo*. O entendimento e as impressões estão conceitualmente em operação, possibilitando o pensamento empírico ser racional. Assim, McDowell sustenta que se houver conceitos intrínsecos na experiência, ela pode ser uma razão, um tribunal para nossas crenças e pensamentos. A tese principal do seu empirismo mínimo é que há conteúdos conceituais nos materiais do mundo, nas impressões sensíveis. Diz ele:

Um empirismo mínimo (...), sugerindo que a própria ideia de direcionamento ao mundo empírico só é inteligível em termos de responsabilidade perante o tribunal da experiência, concebido em termos de um mundo que impressiona sujeitos percipientes” (MCDOWELL, 2005, p. 28).<sup>19</sup>

A proposta de um empirismo mínimo na qual a experiência, ao possuir conceitos, pode servir de justificção para nossas crenças e pensamentos, pretende ser uma terceira via tanto para a proposta fundacionista do Mito do Dado em que mesmo sem conceitos a experiência tem papel epistêmico quanto à recusa de Sellars e Davidson de que a experiência não possui justificção epistêmica alguma. A experiência, compreendida como um tribunal, garante que sejamos responsáveis pelo que afirmamos e que o pensamento empírico tenha conteúdo (conceitual). Dessa forma, McDowell ao pressupor a reciprocidade entre impressões e

---

<sup>19</sup> “Experiências são receptividade operante. Isto, no entanto, não impede as experiências de desempenharem um papel na justificção, tal como fazia sua contraparte no Mito do Dado” (MCDOWELL, 2005, p. 62).

entendimento procura dar uma proposta intelectualista para o contato racional entre mente e mundo sem perder de vista o papel imprescindível que a experiência tem para tal contato.<sup>20</sup>

No entanto, como é possível que o contato entre mente e mundo seja racional? A experiência, a princípio, não parece garantir tal possibilidade. A natureza não demonstra ser intrinsecamente racional. McDowell alega que é necessário distinguir dois tipos de naturezas. De um lado, a natureza biológica em que os seres interagem com objetos intramundanos sem racionalidade, na medida em que nem todo animal possui consciência. De outro lado, uma segunda natureza, em que a interação com objetos no mundo pressupõe atividades racionais. Tal natureza é característica distintiva dos animais humanos.

Segundo McDowell, os seres humanos não agem no mundo pautados apenas por imperativos biológicos, eles experienciam o mundo de uma maneira distinta dos animais não humanos por serem portadores de conceitos. Assim, quando os seres humanos têm experiência perceptiva, estão pondo em atividade uma segunda natureza. A ideia de segunda natureza é que os sujeitos perceptivos compartilham entre si uma natureza racional. Em outras palavras: os seres humanos experienciam o mundo distintamente do meramente natural, pois possuem capacidades conceituais que capacitam a descrever suas experiências perceptivas racionalmente. Essa segunda natureza permite aos seres humanos dar e pedir razões dentro de um espaço lógico racional. Tal espaço lógico, portanto, é um espaço no qual seres humanos portadores de entendimento (segunda natureza) percebem o mundo a partir de articulações conceituais.

McDowell destaca que, se os seres humanos possuem uma segunda natureza, então, as impressões sensíveis não devem ser compreendidas como meramente naturais, mas como “uma transição no interior da natureza” (MCDOWELL, 2005, p. 32). Quando os seres humanos recebem uma impressão, são permitidos transitar no interior da natureza, uma vez que tal impressão sensível está reciprocamente relacionada ao entendimento, os permitindo articular os conceitos que já estão presentes na experiência. A transição seria a capacidade humana de articular conceitualmente os materiais que já são dotados de conceitos em uma experiência perceptiva. Com efeito, McDowell sustenta que, sem a concepção de segunda natureza, uma experiência perceptiva não seria possível, ao passo que sem a atividade do entendimento não seria possível descrever como as coisas são. Uma experiência perceptiva, portanto, depende

---

<sup>20</sup> “Devemos conceber esta cooperação de um modo absolutamente especial: devemos conceber que o entendimento já está inextricavelmente implicado nas próprias entregas da sensibilidade. Experiências são impressões que o mundo causa sobre nossos sentidos, são produtos da receptividade; mas aquelas impressões já são dotadas, elas mesmas, de conteúdo conceitual” (MCDOWELL, 2005, p. 83).



tanto de impressões quanto da concepção de segunda natureza. Diz ele:

O erro aqui, consiste em esquecer que a natureza inclui uma segunda natureza. Em parte, os seres humanos adquirem uma segunda natureza ao serem iniciados nas capacidades conceituais, cujas inter-relações encontram seu lugar natural no espaço lógico das razões (MCDOWELL, 2005, p. 32).

De acordo com essa proposta conceitualista para o contato entre a mente e o mundo, a experiência perceptiva seria conceitual, pois os seres humanos percipientes experienciam o mundo a partir de uma maneira particular, a saber, experienciam através do engate racional em que impressões sensíveis os permitem transitar do que é meramente natural para o racional (segunda natureza). Contudo, segundo McDowell, para que haja tal transição é preciso um processo formativo no qual os sujeitos percipientes sejam treinados nas capacidades conceituais. Os seres humanos adquirem uma segunda natureza quando são formados no espaço de dar e pedir razões. A ideia é que poder articular conceitualmente uma experiência perceptiva depende de um aprendizado no uso de conceitos. Tal aprendizado permite aos seres humanos deixarem de ser meramente animais para serem animais racionais, possuidores, assim, de uma segunda natureza.

Contudo, os pressupostos do empirismo mínimo são altamente intelectualistas. Se a experiência perceptiva depende de articulação racional entre impressões e entendimento, então animais não humanos e crianças pré-linguísticas não são capazes de percepção? De um lado, os animais não humanos não possuem espontaneidade (entendimento). A percepção animal é meramente pela intuição sem articulação conceitual. Quando um Leão percebe algo, não conceitualiza ou dá e pede razões, ele apenas experiencia perceptualmente o que vem ao seu campo visual. Em outras palavras, os animais não humanos recebem impressões sensíveis mesmo sem poder especificar as coisas de *tal e tal modo*.

Por outro lado, as crianças pré-linguísticas percebem o mundo mesmo sem a transição no interior da natureza, isto é, nessa faixa etária ainda não são capazes por uma conceitualização complexa. Mas, assim como os animais não humanos, elas possuem impressões sensíveis sem articulações conceituais. Quando uma criança pré-linguística percebe um brinquedo ou o seio da mãe consegue discriminar tais objetos sem poder especificá-los conceitualmente. Restringir a experiência perceptiva à segunda natureza e ao espaço lógico das razões, portanto, é incompatível com que percepções mais básicas sejam realizadas.

## 2.6 NOTAS FINAIS

McDowell ao propor o engate racional entre mente e mundo ofereceu uma alternativa conceitualista para a experiência perceptiva. Segundo seu ponto de vista, o conteúdo da experiência é conceitual e proposicional, porque qualquer conteúdo de experiência pode ser especificado por um conceito demonstrativo *este verde y* ou *aquele verde x* (seção 2.1, p. 13). Para tal, ele recorreu à ideia kantiana de síntese para defender que intuições e conceitos são condições necessárias e suficientes para descrever objetos que são apresentados na percepção humana (seção 2.3, p. 29). Essa ideia o possibilitou lançar mão do conceito de empirismo mínimo (seção 2.5, p. 35), segundo a qual a experiência não deve ser concebida como algo fora do espaço lógico das razões, pois capacidades conceituais são intrínsecas às próprias experiências. Se há capacidades conceituais nas experiências, então, a experiência deve ser posta dentro do espaço lógico de dar e receber razões (seção 2.4, p. 32). Assim, o conceito de empirismo mínimo o possibilitou uma terceira via entre a proposta fundacionista do Mito do Dado e a negação da experiência como justificadora de Sellars e Davidson (seção 2.2, p. 24).

De um lado, McDowell rejeitou o Mito do Dado, uma vez que, em seu entender, não há conteúdos perceptuais fora do espaço lógico das razões. De outro lado, não aceita a recusa de Sellars e Davidson de que a experiência não possui papel justificacional. Contudo, de acordo com o conceitualismo de McDowell, se as intuições e os conceitos são dependentes, então, se segue que há capacidades conceituais intrínsecas às experiências. A ideia é que a receptividade (intuição sensível) deve ser compreendida não como pré-conceitual, mas como conceitualmente articulada com a espontaneidade (conceitos). Assim sendo, a experiência perceptiva contém conteúdos conceituais na medida em que há uma articulação entre experiência e conceitos. A experiência, portanto, pode servir de razão para nossas crenças e pensamentos, pois contém conceitos intrínsecos. As impressões sensíveis devem ser compreendidas como conceitualmente operantes.

Não obstante, será que a tese do empirismo mínimo dá conta do mínimo do que uma experiência perceptiva demanda? Concluimos que falta às teses de McDowell um caráter mais naturalista acerca da percepção tanto humana quanto da percepção de crianças pré-linguísticas e animais não humanos. Ele se equivoca ao restringir a experiência perceptiva às capacidades conceituais e proposicionais, acaba reduzindo a percepção aos animais humanos maduros que possuem uma linguagem complexa. Além do mais, as crianças pré-linguísticas e animais humanos podem perceber o mundo sem descrever proposicionalmente objetos de *tal e tal modo*. Ou seja, há experiências perceptivas em que não há especificação conceitual. Em

poucas palavras: algum sujeito x, pode discriminar tons próximos de azul mesmo sem possuir conceitos adequados para tal. Assim, capacidades conceituais e proposicionais não são condições necessárias para que haja experiências perceptivas.

Do mesmo modo, em experiências perceptivas mais básicas, como no caso de percepções de animais não humanos e bebês, capacidades conceituais e proposicionais não são condições necessárias e suficientes para que haja experiência perceptiva. Os animais não humanos e bebês mesmo sem ter uma linguagem bem estruturada experienciam o mundo e discriminam objetos. Um bebê consegue discriminar o seio da mãe, a mamadeira e um brinquedo sem possuir conceitos adequados para descrevê-los de *tal e tal modo*. Isso não quer dizer que não haja capacidades conceituais em experiências de bebês, apenas que possuir conceitos não é condição necessária para a percepção, pois crianças pré linguísticas podem experienciar perceptivamente sem especificar objetivos *assim e assim*. Assim, defenderemos, neste trabalho, que há conteúdos não conceituais na experiência perceptiva. Tese contrária ao conceitualismo proposto por John McDowell.

### 3 O CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL

A tese do conteúdo conceitual de McDowell não ficou imune a críticas e objeções fortes. A ideia segundo a qual não há experiência perceptual sem conceitos e que esta se estrutura proposicionalmente levantou um longo debate e gerou diversas recusas. Para muitos a experiência perceptiva não deve ser reduzida às nossas capacidades conceituais e judicativas, pois a fenomenologia da nossa percepção tem como base algo mais natural do que uma sobreposição conceitual nas nossas experiências perceptivas.

A percepção humana não seria algo inteiramente superior às percepções das crianças e dos animais não humanos. Para muitos filósofos não conceitualistas, como Roberto Horácio Pereira (2014), Michael Tye (2005), Christopher Peacocke (2001), Charlis Travis (2007), nossa experiência perceptual tem um conteúdo que não é conceitual ou proposicional. A tese central do conteúdo não conceitual é que se nem sempre temos conceitos adequados para especificar experiências, então se segue que o conteúdo da experiência não é conceitual, uma vez que mesmo sem conceitos adequados discriminamos experiências perceptivas.

Dessa forma, alguém pode discriminar vários tons próximos de cores sem possuir conceitos adequados como “isto é um verde x”, ou “aquilo é um verde y”. Numa experiência cromática, portanto, podemos distinguir dois tons muito próximos de verde, sem que com isso saibamos especificá-los conceitualmente de *tal e tal modo*. Além disso, me parece que qualquer especificação teria que ser uma nomeação arbitrária, pois o modo “como é” sentir a sensação de cor (cf. Nagel, 1974), não pode ser expressa objetivamente.

Contrariamente a tese geral do conceitualismo (Sellars, 2008; McDowell, 2005), de que não há experiência perceptual sem conceitos, o não conceitualismo defende que nem todas as nossas experiências perceptuais são conceituais. Há conteúdos não conceituais que são fundamentais nas experiências humanas. Tais conteúdos (não conceituais) são fenomenologicamente mais ricos do que as capacidades de articulação conceitual.

Neste capítulo iremos abordar quatro argumentos a favor do conteúdo não conceitual. Iniciaremos com o argumento da fina granulação, demonstrando que as experiências perceptivas são tão ricas em detalhes que não seria possível capturar todas essas experiências conceitualmente.

O argumento da condição elaborado por Charles Travis sustenta que as condições que McDowell elaborou para garantir o contato racional entre a mente e o mundo não são necessárias. Para Travis, o que garante tal contato racional não é que as coisas sejam descritas de *tal e tal modo*, mas porque o mundo garante como as coisas são. Assim, os conteúdos não

conceituais não estariam fora da racionalidade, como sustentou McDowell.

O argumento dos animais não humanos e crianças pré-linguísticas defende que, para que haja experiência perceptiva, o entendimento (faculdade da espontaneidade) não é uma condição nem necessária nem suficiente. Os animais não humanos e crianças sem linguagem estrutura da experienciam o mundo mesmo sem especificações conceituais. Há percepção sem conceitualização.

Por último, mas não menos importante, lanço mão do argumento kantiano das contrapartes incongruentes, para defender que há conteúdos não conceituais nas experiências perceptivas, ao passo que as intuições sensíveis, enquanto representações não conceituais, podem se referir a objetos sem a mediação conceitual (entendimento). Dessa forma, podemos discriminar as contrapartes incongruentes de uma mão no espelho, uma vez que tal discriminação seria garantida pela mera intuição, não discursivamente (conceitualmente).

Nesta dissertação, utilizarei esses argumentos para demonstrar que o conteúdo da experiência perceptiva pode ser não conceitual.

### 3.1 O ARGUMENTO DA FINA GRANULAÇÃO

Para McDowell, experiências e juízos não devem ser dualisticamente separáveis. Tanto as experiências quanto os juízos são conceituais, pois há capacidades conceituais inerentes à própria experiência. O conteúdo de uma experiência é conceitual, uma vez que está integrado à espontaneidade. Essa é a ideia base do seu empirismo mínimo. No entanto, Gareth Evans (1982) sustentou que o conteúdo conceitual, só entra em jogo no contexto da percepção e nos juízos baseados na experiência. Quando formamos juízos baseados na experiência, o conteúdo não conceitual passa a ser um conteúdo conceitual. A experiência possui um conteúdo mais básico do que conteúdos conceituais refinados, assim, experiências e juízos não possuem o mesmo conteúdo. Nos diz Evans,

Os estados informacionais que um sujeito adquire por meio da percepção são não-conceituais, ou não-conceitualizados. Juízos baseados em tais estados envolvem necessariamente juízo sobre o mundo (usualmente exprimível em alguma forma verbal), estamos exercitando habilidades conceituais básicas... O processo de conceitualização ou juízo leva o sujeito a se deslocar de um estado informacional (que possui um conteúdo de certo tipo, isto é, um conteúdo não conceitual) para um outro tipo de estado cognitivo (que possui um conteúdo de um tipo diferente, isto é, um conteúdo conceitual) (EVANS, 1982, p. 227).

Para Evans, estados informacionais são os estados mais básicos da experiência, é isso que ele chama de conteúdos não conceituais. O sujeito primeiro recebe informações vindas do mundo (conteúdos não conceituais), depois, ao fazer juízos sobre a experiência o conteúdo se torna conceitual. Com efeito, em um sistema informacional, um estado perceptivo seria considerado uma experiência caso o conteúdo não conceitual estiver disponível como “input para um sistema pensante, aplicador de conceitos e raciocinante” (EVANS, 1982, p.158).

Os seres humanos percipientes são capazes de conceitualizar suas experiências, pois fenomenologicamente recebem conteúdos informacionais de experiências, possibilitando-os articulá-las de *tal e tal modo*. Experiências perceptivas podem ser conceituais, uma vez que os conteúdos não conceituais possibilitam articulações judicativas. Para Evans, haveria nas experiências perceptivas dois momentos. 1) aquele que haveria um contato sensorial direto com o objeto perceptivo. O conteúdo informacional (não conceitual) seria mais básico; 2) um contato conceitual e linguisticamente mediado. A experiência perceptiva seria traduzida através de juízos e justificações. Assim sendo, um conteúdo informacional se tornaria conceitualmente articulado na medida em que o sujeito percipiente ajuizar sua experiência de *tal e tal modo*. Em termos kantianos, a intuição sensível nos permite um contato mais básico com o mundo, independentemente das capacidades conceituais fornecidas pela espontaneidade. A intuição nos fornece conteúdos (não conceituais) que podemos conceitualizar, a partir de juízos e crenças.

A ideia central de Evans é identificar na intuição (impressões sensíveis) um modo de instanciar o conteúdo conceitual (crenças e juízos). A faculdade da sensibilidade (intuição), ou esfera não conceitual seria condição de possibilidade para que os sujeitos percipientes possam formar seus juízos e crenças acerca da sua experiência. Nesse sentido, portanto, na experiência não haveria capacidades conceituais operando na receptividade, como sugeriu McDowell. Capacidades conceituais seriam restritas aos juízos de experiência.

Assim sendo, a receptividade teria uma autonomia representacional em relação à espontaneidade. Não há um jogo recíproco entre ambas. Isto não quer dizer que elas estão deslocadas, apenas que a receptividade (conteúdo não conceitual), fornece conteúdos para a espontaneidade. Segundo Evans, as capacidades conceituais, assim, só entram em cena quando sujeitos percipientes fazem juízos de experiência, isto é, quando descrevem tais experiências de *tal e tal modo*.

Não obstante, segundo McDowell, as alegações de Evans nos traz a mesma oscilação entre o coerentismo de Davidson (pensamento descolado da realidade) e o Mito do Dado (as impressões extra conceituais são fundamentos do nosso pensamento). Não que Evans esteja

defendendo alguma versão do Mito do Dado, pois suas alegações não são epistemológicas. O conteúdo não conceitual faz parte da fenomenologia das nossas experiências. Contudo, McDowell compreende que sem que a receptividade esteja em constante cooperação com a espontaneidade, a intuição seria cega, no sentido de não se referir a nada. Para escapar de tal cegueira, ele propôs, em seu empirismo mínimo, que as intuições (receptividade) e conceitos (espontaneidade) estejam em cooperação. É claro que essa acusação de cegueira intuicional sobre as teses de Evans deve ser relativizada, pois tudo depende do que se concebe como intuição. A intuição, na filosofia da percepção de Evans, tem conteúdo, mas um conteúdo não conceitual. Não haveria cegueira, ao passo que fenomenologicamente a experiência perceptiva nos põe em cenários ricos em detalhes mesmo sem a especificação conceitual. Experiências perceptivas não conceituais (intuitivas) seriam distintas de experiências linguísticas (conceituais). Dicotomia esta que McDowell visa recusar.

McDowell, não acha a proposta de Evans viável para justificar nossa responsabilidade perante o mundo, pois capacidades conceituais só entrariam em operação em juízos de experiência. Como foi falado acima, a terceira via para sair dessa oscilação é entender a receptividade em colaboração com a espontaneidade, isto é, capacidades conceituais já encontradas na receptividade.

Segundo a imagem que eu recomendo, o conteúdo de uma experiência perceptiva já é conceitual. Um juízo de experiência não introduz um novo tipo de conteúdo, mas simplesmente endossa o conteúdo conceitual, ou parte dele, já possuído pela experiência na qual o juízo se fundamenta. (MCDOWELL, 2005, p. 85).

No entanto, Evans pensa que os conceitos não estão intrinsecamente embutidos na experiência. Para ele, a experiência é tão rica em fina granulação que é inconcebível capturar todos os detalhes de experiência visual, conceitualmente. Pensemos em um cenário em que estão disponíveis para um ser perceptivo centenas de cores. Tal cenário seria tão rico em características e qualidades fenomenológicas que seria impossível haver repertório conceitual suficiente para descrever uma a uma. Além disso, como um conceito linguisticamente articulável poderia exprimir o modo “como é” ver uma cor? Nossa capacidade de discriminar centenas de cores seria superior à nossa capacidade de reconhecimento conceitual. O repertório conceitual de alguém o possibilita reconhecer algumas cores, não a discriminação de centenas de cores em que uma experiência perceptiva não conceitual permite (HORÁCIO, 2014, p. 13). Assim, em um cenário de matizes de cores, somos capazes de descrever conceitualmente, por exemplo, “esta cor é verde” ou “isto é rosa”, alguns casos entre centenas de outros que a experiência nos fornece.

É digno de se notar, no entanto, que o que Evans está defendendo não é que nas nossas percepções não haja conteúdo conceitual, ao contrário, ele busca entender quais são as bases das nossas percepções e como um conteúdo empírico (não conceitual) é base para juízos de experiência. Somos capazes de juízos de experiência pelo fato de a experiência perceptiva ser rica o suficiente para nos garantir acesso a um cenário diversificado de conteúdo. Para Evans, a experiência perceptiva deve ser compreendida como constituída tanto de conteúdo não conceitual quanto de conteúdo conceitual. No primeiro caso, o recebimento de uma impressão nos garante discriminar não conceitualmente objetos sem mediação linguística, no segundo, nos possibilita articular tais experiências conceitualmente (linguisticamente). Somos capazes de descrever certas experiências de *tal e tal modo*, pois conteúdos não conceituais estão sempre disponíveis para tal descrição. Em poucas palavras, experiências e conceitos não podem ser idênticas, pois seus conteúdos são distintos. Uma experiência intuitiva contém um conteúdo mais rico em detalhes do que uma experiência intelectual (conceitual).

Contudo, McDowell não concorda com tais alegações, pois “o conteúdo de uma experiência perceptiva já é conceitual. Um juízo de experiência não introduz um novo tipo de conteúdo, mas simplesmente endossa o conteúdo conceitual” (MCDOWELL, 2005, 85). Para ele, se na receptividade há uma operação de capacidades conceituais ligadas ao entendimento, na experiência há um conteúdo conceitual. Nesse sentido, os juízos de experiência não estão separados da experiência propriamente dita, há uma plena cooperação. Quando fazemos juízos de experiência estamos endossando os conteúdos conceituais intrínsecos à experiência. Com essa afirmação, McDowell pretende negar que haja conteúdos não conceituais, como defendera Evans. Se na própria experiência há conteúdos conceituais, então, o conteúdo de um juízo não precisa tornar-se conceitual, uma vez que ele se fundamenta nos conteúdos conceituais da experiência. Assim, conteúdo conceitual e juízo estão intrinsecamente relacionados. Mas será que uma experiência perceptiva conceitual consegue abarcar os ricos detalhes de uma experiência? McDowell entende que um conceito demonstrativo consegue dar conta dos mínimos detalhes de uma experiência perceptiva. Diz McDowell,

Na presença da amostra original, “aquele matiz” pode dar expressão ao conceito de um matiz; o que nos garante que ele é um conceito – o que nos garante que os pensamentos que o utilizam guardam a distância necessária daquilo que determina sua verdade – é o fato de a capacidade associada ser capaz de persistir no futuro, ainda que seja apenas por um espaço curto de tempo (MCDOWELL, 2005, p. 95).

A ideia é que em um cenário rico em detalhes, como um cenário que envolve diversos matizes de cores, os sujeitos percipientes podem caracterizar dezenas de cores a partir de



conceitos pré-adquiridos. As capacidades conceituais, já inseridas na experiência, dão condições necessárias para que haja especificação conceitual.<sup>21</sup> McDowell chama esse modo de conceitualização de “capacidade recognitiva”. Quando alguém está diante de um matiz de cores, as cores inseridas no seu campo visual não são totalmente desconhecidas. A pessoa tem a capacidade de reconhecimento, pois guarda na memória, mesmo que por curto espaço de tempo, os conceitos de tais cores. McDowell pensa que a capacidade recognitiva pode ser exercida a partir de conceitos demonstrativos como “este matiz”, “este verde diante de mim”, “esta árvore possui um verde y”. “Se temos o conceito de um matiz, nossos poderes conceituais são completamente adequados para capturar nossa experiência cromáticos em todos os seus detalhes determinados” (MCDOWELL, 2005, 95).

McDowell sustenta que a capacidade recognitiva é possível, porque há uma cooperação entre a sensibilidade (intuição) e o entendimento (conceitos). As capacidades conceituais já estão disponíveis na experiência antes de fazermos juízos de *tal e tal modo*. Em outras palavras, quando descrevemos experiências cromáticas estamos expressando os conteúdos conceituais já presentes em tais experiências. Contudo, ele reconhece que não temos tantos conceitos cromáticos quanto os matizes de cores que discriminamos. Se não temos conceitos adequados para especificar cada detalhe de uma experiência, como podemos aceitar que conceitos demonstrativos dão conta de toda riqueza de uma experiência perceptiva? Os conceitos demonstrativos dariam conta que houve para cada item perceptivo um conceito correspondente. Mas isso não é possível. Os seres humanos perceptivos só são capazes de guardar na memória e reconhecer um número pequeno da quantidade de detalhes e qualidades que um matiz de cores proporciona.

Compreendo que este seja um ponto crucial contra a tese de que conceitos demonstrativos abarcam cenários ricos em fina granulação. Evans se mostra correto quando afirma que, se não é possível articular conceitualmente toda a riqueza de uma experiência, então, o conteúdo de tal experiência é não conceitual.

Christopher Peacocke também utiliza do argumento da fina granulação para demonstrar que nossa experiência perceptiva tem uma maior fineza de granulação do que experiências especificadas por conceitos demonstrativos. Vejamos seu exemplo:

Quando você olha o Museu em Bilbao, ou vê uma escultura abstrata, ou a face de uma pessoa, você enxerga cada um desses objetos como possuindo certa forma e tamanho. Similarmente, você os vê como tendo certas tonalidades de cor, certas texturas e

---

<sup>21</sup> “Podemos dar expressão linguística a um conceito que tem exatamente a mesma granulação da experiência pronunciando uma frase como “aquele matiz”, na qual o demonstrativo se vale da presença da amostra” (MCDOWELL, 2005, p. 94).

contornos. Igualmente quando você ouve um tom musical há um sentido em que você percebe o seu compasso. Você pode reconhecê-lo, mas você pode discriminar este compasso de outros, se for forçado a comparar com outros. Esta discriminação é baseada no modo que o tom soa a você. Em toda parte esta discussão tem reconhecido o carácter de granulação fina deste conteúdo representacional (PEACOCKE, 2001, p. 240).

Segundo Peacocke, conteúdos não conceituais nos fazem, numa experiência, representar objetos, propriedades e relações de um modo mais rico em detalhe. Para um sujeito experienciar um objeto x, não necessariamente precisa ter conceitos adequados para tal. Para ele, em uma experiência perceptiva o que o sujeito observa e discrimina é algo mais rico em detalhes, como formas, texturas, cores e contornos. Se temos a capacidade de observar todos esses detalhes, é porque nossa experiência é muito mais rica em fineza de granulação. Para ele, o conteúdo da nossa experiência é representacional, mas não à lá McDowell que defende um conteúdo conceitual. O conteúdo é representacional, mas não conceitual. As representações não devem ser compreendidas apenas como conceituais.

Mas se as representações não são apenas conceituais, como fica a justificação das nossas crenças empíricas? A ideia de que há representações não conceituais consiste no fato de que, em experiências perceptivas básicas, seres percipientes não discriminam certos estados de coisas a partir de conteúdos proposicionais. O conteúdo de uma experiência é tão rico em detalhes que o que por ela é representado não pode ser restrito ao conceitual. A tese do conceito demonstrativo, para Peacocke, não é suficiente para abarcar a riqueza das nossas experiências perceptivas. Para ele, conteúdos não conceituais dão razões suficientes para justificarmos crenças empíricas, sem o intermédio do entendimento.

Se os sistemas perceptivos daquele que pensa estão funcionando de modo adequado, de modo que o conteúdo representacional não conceitual de sua experiência seja correto, então, quando tais experiências ocorrem, o objeto pensado será realmente enquadrado (PEACOCKE, 1992, p. 80).

Para ele, portanto, as razões que justificam nossas crenças empíricas são externas ao espaço lógico das razões, já que o conteúdo de tal experiência é não conceitual. O conteúdo de uma experiência para possuir papel justificador não necessita estar dentro de relações inferenciais. O carácter não conceitual de determinadas experiências fornece justificações suficientes. Um ser percipiente não experiencia determinados conteúdos porque crê, ao contrário, sua crença é obtida porque a experiência é suficientemente rica para que se possa formar crenças adequadas. Se estas crenças são obtidas adequadamente pelo nosso sistema perceptivo e se são confiáveis, nossas discriminações perceptivas estão mais do que justificadas no sentido de que conteúdos não conceituais não estão fora de um escopo racional. Para alegar

que conteúdos não conceituais justificam crenças empíricas não precisamos enquadrá-los no espaço lógico das razões, como Sellars e McDowell entendem. O conteúdo não conceitual instância experiências perceptivas conceituais.

O conteúdo representacional não conceitual nos coloca diante de um mundo mais rico do que capacidades conceituais e proposicionais. Se para McDowell o conteúdo representacional é conceitual porque descrevemos o mundo a partir de conceitos demonstrativos (de *tal e tal modo*), para Peacocke, o conteúdo representacional é não conceitual porque, na experiência perceptiva, observamos um cenário mais rico em fina-granulação. A experiência perceptiva capta tonalidades ricas de um mundo já acessível ao sujeito percipiente. Os seres humanos experienciam o mundo mesmo antes de poder conceitualizá-lo, de refletir sobre os estados de coisas do mundo.

Na próxima seção iremos expor o argumento da condição elaborado por Charles Travis. De acordo com este argumento, as condições impostas por McDowell para que haja contato racional entre a mente e o mundo não são necessárias. Para ele, o que garante o contato racional entre a mente e o mundo não é como as coisas são de *tal e tal modo*, mas como o mundo realmente é. A experiência perceptiva seria não conceitual, pois como as coisas são não dependem de conceitos.

### 3.2 O ARGUMENTO DA CONDIÇÃO DE TRAVIS

Charles Travis ao entrar no debate com McDowell sobre o conteúdo da experiência perceptiva, elabora um argumento que ele próprio intitula de “A condição”. A ideia básica deste argumento é demonstrar que as condições impostas por McDowell para garantir o contato racional entre mente e mundo não são necessárias. As condições são que relações racionais só se dão em (1) contexto normativo; (2) e entre conceitos. Vejamos como McDowell descreve tais condições:

A ideia de que estar em contato com o mundo é algo que exige um contexto normativo, quer esse contexto se dê na forma de um conhecimento, quer não (MCDOWELL, 2005, p. 26).

De acordo com McDowell, se a relação entre a percepção e os impactos do mundo for restringida ao espaço lógico da natureza, não garante pensamentos como as coisas são de *tal e tal modo*.<sup>22</sup> Os impactos do mundo, enquanto ocorrências naturais, não viabilizam por si

---

<sup>22</sup> “As relações constituídas do espaço lógico da natureza, na acepção relevante não incluem relações com uma coisa ser permitida ou (no caso geral) correta em função de outra” (MCDOWELL, 2005, p. 27).

mesmos um pensamento ser correto ou incorreto. Para que isso seja possível, as descrições empíricas devem estar localizadas no espaço lógico das razões. Quando descrevemos uma experiência perceptiva *assim e assim*, estamos situando-a em tal espaço lógico. Se as descrições de experiências estão no espaço lógico das razões, então, estão localizadas em contexto normativo. Assim sendo, as relações racionais que garantem o contato entre mente e mundo não podem ser estendidas para além do espaço lógico dos conceitos (MCDOWELL, 2005, p. 51). Em poucas palavras: As relações racionais existiriam apenas entre conceitos.

Para McDowell, o conteúdo da experiência perceptiva não pode ser não conceitual. Pois, admitir o conteúdo não conceitual seria aceitar que existem dados dos sentidos além do espaço lógico das razões. A experiência não está fora do domínio conceitual. O conteúdo não conceitual da experiência não pode exercer influência racional sobre o que o sujeito pensa. Apenas o conteúdo conceitual é capaz de influenciar o que pensamos. Somos capazes de descrever as coisas como são, ao passo que a experiência é constituída de conceitos. As impressões sensíveis, como vimos na seção sobre o empirismo mínimo, são constituídas de capacidades conceituais, ao estarem em cooperação com a faculdade dos conceitos (espontaneidade). Assim sendo, o contato entre a mente e o mundo depende de relações racionais e normativas, uma vez que os conteúdos conceituais intrínsecos às experiências possibilitam que descrevamos as coisas de *tal e tal modo*.

A experiência permite que a própria disposição geral da realidade exerça uma influência racional sobre aquilo que um sujeito pensa. (...) Embora a realidade seja independente de nosso pensamento, ela não deve ser imaginada como algo que está fora de um limite externo que engloba a esfera conceitual. *Que as coisas são de tal e tal modo* é o conteúdo conceitual de uma experiência (MCDOWELL, 2005, p. 63).

Assim, para McDowell, o modo pelo qual nosso pensamento se relaciona com os juízos de experiência depende de articulações conceituais. Sem articulações conceituais, não há garantia de que nossos julgamentos sejam corretos ou incorretos. Ele pensa que experiências perceptivas são conceitualmente articuladas quando os sujeitos percipientes utilizam conceitos demonstrativos, como “este matiz de cores”, “aquela árvore é verde” etc. A ideia aqui é demonstrar que sem a condição conceitual, não haveria como descrevermos como as coisas são. Se descrevemos as coisas como sendo *assim e assim*, é porque há a utilização de conceitos. Uma experiência perceptiva não conceitual não garante que as coisas sejam corretas ou incorretas. Com efeito, nosso pensamento acerca do mundo para ser racional precisa estar num

contexto conceitual e normativo.<sup>23</sup>

Não obstante, Charles Travis entende que as condições impostas por McDowell para sustentar que só há relações racionais entre mente e mundo em contexto conceitual e normativo não são necessárias. Para Travis, “Existem objetos não conceituais na experiência que permitem sustentar racionalmente o que pensamos” (TRAVIS, 2007, p. 226). O objetivo dele é demonstrar que (1) conteúdos não conceituais não estão fora do pensamento; (2) que conteúdos não conceituais instanciam nossas capacidades conceituais e justificações de experiência. Assim, como as coisas são realmente (conteúdo não conceitual), garante o contato entre mente e mundo, não como as coisas são de *tal e tal modo*.

Para corroborar com a essa distinção, Travis recorre à noção fregeana de generalidade, presente no texto “*O Pensamento*”, publicado em 1918. Assim escreve Gottlob Frege:

Mas não vemos que o sol se levantou? e não vemos ao mesmo tempo que isto é verdade? Que o sol se tenha levantado não é um fato que emita raios que atinjam meus olhos, não é algo visível como o próprio sol. Que o sol se tenha se levantado é algo que se reconhece como verdadeiro a partir de impressões sensoriais (FREGE, 1999, p 285).<sup>24</sup>

De acordo com Travis, Frege estaria estabelecendo uma importante distinção entre objetos que podemos perceber e objetos que apenas concebemos. No exemplo do sol, temos, de um lado, objetos situados ao lado esquerdo (não conceitual) como o sol, que emite raios em nossos olhos, de outro, objetos situados ao lado direito (conceitual) como o sol se põe. Para Frege, os objetos percebidos seriam aqueles a respeito dos quais não se levanta a questão do valor de verdade (verdadeiro ou falso). Assim, nós podemos perceber o sol e suas propriedades, mas o fato dele ter se posto ou não, seria uma questão a ser decidida conceitualmente. Em poucas palavras, podemos saber o valor de verdade da proposição “o sol tem se posto” por uma análise lógica dos conceitos e termos utilizados nessa proposição.

Travis compreende que Frege, ao vincular a verdade à proposição, estaria situando o conceitual na generalidade e o não conceitual no perceptível. As coisas como são, o não conceitual, seriam objetos que não possuem generalidade, mas condições necessárias para descrições conceituais. Para cada conceito existe algo que o instancia (TRAVIS, 2007, p. 231). Nesse sentido, é a partir das coisas como realmente são que somos capazes de descrever

---

<sup>23</sup> “Ora, se quisermos dar o devido reconhecimento à independência da realidade, precisaremos de uma coerção externa ao *pensamento* e ao *juízo*, entendidos enquanto exercícios de espontaneidade. Esta coerção não precisa vir de um lugar exterior aos conteúdos pensáveis” (MCDOWELL, 2005, p. 65).

<sup>24</sup> O texto “*Der Gedanke*”, ou “*O Pensamento*”, fora publicado por Frege entre 1918-19. Nos valem da tradução do prof. Paulo Alcoforado, publicado na revista *An. Filos. São João Del-Rei.*, n. 6. p. 283-298, Jul. 1999.

conceitualmente ou de discriminar os objetos de *tal e tal modo*. Os objetos como são, instanciam generalidades. Ao percebermos uma carne na frigideira, percebemos primeiro um objeto (carne) que instancia generalidades (conceitual) como “a carne está na frigideira”, “a carne assando é picanha”, “a carne está assando na cozinha no canto direito do forno” (Travis, 2007, p. 232). Os diversos julgamentos que fazemos dependem da carne como ela é. A condição necessária para alegar *deste* ou *daquele modo*, é a carne se apresentar ao sujeito percipiente de vários modos e não apenas articulações conceituais.

Contudo, o que Travis visa negar não é que descrever uma experiência como *tal e tal* seja conceitual. Para ele, toda descrição proposicional é conceitual. A questão é não restringir a experiência perceptual à forma proposicional. Quando descrevemos uma experiência *assim e assim*, ela é conceitual. Mas, aponta Travis, só nos é possível tal descrição (julgamentos), porque há algo (conteúdo não conceitual) que instancia os julgamentos empíricos.

O não conceitual (a carne na frigideira) para ser como é não precisa que julguemos, ou seja, os julgamentos de experiência não são condições necessárias para experienciar objetos perceptualmente como supõe McDowell. “As coisas como sendo como são, decidem corretamente, precisamente em decidir se existe um gato no quarto... Alguém, assim, julga verdadeiro precisamente onde o meio, em toda sua particularidade, instancia esta generalidade” (TRAVIS, 2007, p. 243).

Desta maneira, as coisas como são não dependem de julgamentos, mas o não conceitual ao instanciar generalidade (os vários aspectos da carne, onde ela se localiza, os diferentes modos de apresentação dela) são condição para tais juízos. O não conceitual nos dá um contato perceptivo direto com objetos. Percebemos as coisas como são, porque estão situadas num ambiente. Este ambiente pode ocasionar diferentes perspectivas. O “ver” algo de alguma maneira depende de que os objetos como são nos possibilitem fazer julgamentos de experiência.

Verificamos se um julgamento é verdadeiro ou falso observando as coisas como elas são. (...) A verdade depende de como as coisas são – dessa forma, como as coisas são, resolve se existe carne no tapete, por exemplo – isto é parte do desdobramento do conceito de verdade: do que é e poderá ser (TRAVIS, 2007, p. 243).

Se para McDowell, as coisas são como são, porque fazemos juízos deste ou daquele modo, para Travis, ao contrário, só podemos fazer juízos de experiência porque as coisas são como são. A verdade de um juízo depende das coisas como são. Vamos supor que Thierry compre um quilo de Picanha no açougue e ponha para assar. Ele chama alguns amigos para

degustar a Picanha. Um dos seus amigos ao provar a Picanha afirma que, na realidade, não é Picanha, mas Maminha. Ele afirma que a carne não se parece com Picanha nem tem a textura de Picanha. Segundo Travis, o que definirá o que realmente é este tipo de carne é como ela realmente é. A carne como é nos possibilita fazer diferentes juízos: “a carne assando é Picanha”, “tem este ou aquele formato”, “a carne tem tal corte”.

O que Travis sugere é que o objeto carne, tal como é, instancia generalidades como “este x” ou “aquele y”. O conceito é o modo como representamos as coisas. A verdade depende das coisas como são. Portanto, o conteúdo não conceitual ao instanciar nossas capacidades conceituais de descrever as coisas como são não está fora do domínio do nosso pensamento, como sustenta McDowell, mas nosso pensamento depende das coisas como são. Travis sugere que pensar as coisas *assim e assim* como visivelmente anteriores a nós é equivocado. Nossa experiência perceptual depende dos conteúdos não conceituais para que haja conteúdos conceituais de experiência. Travis quer garantir que a fenomenologia da nossa percepção não se estrutura proposicionalmente no sentido de que só há experiência perceptual se algum sujeito descrevê-la de *tal e tal modo*. Nossa experiência perceptual se estrutura não proposicionalmente, uma vez que o que garante o conteúdo da experiência é como as coisas realmente são, o conteúdo não conceitual. As relações racionais, portanto, não acontecem apenas em contextos conceituais e normativos. Há relações racionais, na medida que o mundo sendo como é, garante que façamos juízos de experiência.

Na próxima seção abordaremos o argumento dos animais não humanos e das crianças pré-linguísticas. A ideia geral desse argumento é demonstrar que as experiências perceptivas mais básicas, como no caso das experiências de animais não humanos e crianças sem uma linguagem bem estruturada, não dependem de articulações conceituais complexas, como no caso do uso de conceitos demonstrativos. Tais seres percebem o mundo mesmo sem especificar suas experiências de *tal e tal modo*. Além disso, pretende-se demonstrar que experiências perceptivas ocorrem mesmo sem serem situadas no espaço lógico das razões.

### 3.3 O ARGUMENTO DAS CRIANÇAS PRÉ LINGUÍSTICAS E DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS

John McDowell entende que a percepção humana tem algo especificamente distinto de percepções meramente animais, isto é, a percepção humana envolve capacidades conceituais que estão ausentes em percepções de animais em geral. Para ele, animais humanos são capazes de justificar crenças porque há capacidades conceituais atuantes em suas percepções. Contudo,

segundo este modo de descrição, isto não significa cair num platonismo que negue a natureza. Ele próprio denomina de “platonismo naturalizado” seu modo de vincular capacidades conceituais nitidamente características dos animais humanos a um mundo natural.

A ideia de um platonismo naturalizado ou um naturalismo de segunda natureza, segundo sua alternativa, seria um caminho mais coerente para justificar a ideia de que, apesar dos seres humanos serem parte de uma natureza, eles são distintos dos outros animais, porque na percepção humana há capacidades conceituais. “podemos conceber exercícios de capacidades que pertencem à espontaneidade como elementos no curso da vida. Um sujeito que tem experiências e que age é uma coisa viva, dotada de potências corporais ativas e passivas genuinamente suas” (MCDOWELL, 2005, p. 150). É justamente pelo fato de animais racionais terem espontaneidade que eles são distintos dos outros animais que só se relacionam com o mundo para resolver problemas e explorar oportunidades. Os animais não humanos estão no mundo para agirem em função de um imperativo biológico.

Nos meros animais, a sensorialidade está a serviço de um modo de vida estruturado exclusivamente em função de imperativos biológicos imediatos. (...) Uma vida estruturada apenas deste modo não é vivida num mundo, mas apenas num meio ambiente (MCDOWELL, 2005, p. 154).

Para McDowell, os animais não humanos não experienciam o mundo, eles vivem num mundo sem significação. Apenas os animais racionais têm subjetividade plena. Um modo meramente animal de vida apenas responde a sucessões de necessidades biológicas. Eles teriam, no máximo, uma proto-subjetividade. Diferentemente, os animais humanos experienciam o mundo por serem dotados de sentido, de uma autoconsciência, condição pela qual os fazem possuir experiências em primeira pessoa.

Para um percipiente dotado de capacidades de espontaneidade, o meio ambiente é mais do que uma sucessão de problemas e oportunidades. É uma porção da realidade objetiva que se encontra ao alcance de sua percepção e de sua prática. O meio ambiente é isso para ele porque ele é capaz de concebê-lo de maneiras que o exibem como tal. (...) A razão de ser dessa distinção entre viver num mero meio ambiente e viver no mundo é precisamente não atribuir aos meros animais uma subjetividade plena, uma orientação para o mundo, ainda que seja uma orientação restrita (MCDOWELL, 2005, p. 155).

Desse modo, os seres humanos não apenas vivem no mundo lidando com problemas e explorando oportunidades, eles experienciam o mundo de um modo totalmente diferente: as sensações e estados mentais são modos pelas quais experienciam o mundo, pois possuem não apenas subjetividade, mas também objetividade. Eles, diferentemente dos animais não humanos, são capazes de compartilhar suas experiências. Por isso, McDowell considera que



os animais não humanos possuem percepção, mas não no sentido no qual ele entende percepção: a percepção de algo envolve sempre a articulação de capacidades conceituais que são operantes tanto na receptividade quanto na espontaneidade do entendimento.

A percepção humana, ao possuir capacidades conceituais, dá aos animais humanos uma distinção no reino animal. Diferentemente da percepção meramente animal, os seres humanos, quando percebem algo, conseguem dar e receber razões e conceitualizar suas experiências de *tal e tal modo*, pois possuem uma subjetividade plena. Apenas os animais humanos experienciam determinadas percepções em primeira pessoa. De acordo com McDowell, tal experiência seria uma proto-subjetividade, não uma subjetividade:

Poderíamos dizer que o que está em questão aqui é uma proto-subjetividade, e não uma subjetividade. Num modo meramente animal de vida, viver não é mais do que responder a uma sucessão de necessidades biológicas (MCDOWELL, 2005, p. 156).

Os animais não humanos não seriam capazes de refletir sobre seus próprios estados conscientes, falta-lhes, para isso, uma marca humana fundamental: o entendimento.<sup>25</sup> Sem essa condição, as experiências perceptivas dos animais não humanos carecem de articulações conceituais.

No entanto, ao condicionar a percepção às capacidades conceituais fundamentadas no entendimento, acaba restringindo as experiências perceptivas aos animais humanos. Além disso, acaba negando o fato de que os animais não humanos não necessitam do entendimento para perceber objetos. McDowell ao privilegiar percepções complexas, de tipo conceitual, se esquece que percepções mais básicas não são características apenas de animais não humanos, mas também de humanos. Assim sendo, animais humanos, não humanos, crianças pré-linguísticas são capazes de discriminar objetos perceptivos sem mediação linguística. McDowell ao reduzir a percepção à capacidade conceitual linguisticamente estruturada, acaba caindo em um intelectualismo humanamente centrado. Sem contar que se esquece que percepção e categorização são distintas, mas não opostas. As crianças pré-linguísticas e animais não humanos possuem capacidades perceptivas e categorizações diferentes das capacidades humanas/adultas. Eles categorizam suas experiências perceptivas de forma não linguística. Pensemos em casos de bebês humanos e não humanos que discriminam o seio da mãe de uma mamadeira ou formas e cores de brinquedos mesmo sem mediação linguística. Portanto, limitar capacidades conceituais ao que é linguisticamente articulado deixa de lado o fato de que

---

<sup>25</sup> “É a espontaneidade do entendimento, o poder do pensamento conceitual, que dá visibilidade tanto ao mundo quanto ao eu. Criaturas sem capacidades conceituais carecem de autoconsciência” (MCDOWELL, 2005, p. 153).

percepções básicas podem ser categorizadas de outras formas.

A psicologia cognitiva e do desenvolvimento têm avançado nas pesquisas empíricas sobre a percepção e a conceitualização em crianças pré linguísticas<sup>26</sup> e animais não humanos. Diferentemente das suposições altamente intelectualistas de McDowell, segundo a qual a percepção envolve capacidades conceituais linguisticamente articuladas, psicólogos do desenvolvimento cognitivo insistem na distinção entre categorias perceptivas e conceituais. Segundo essa concepção, apesar dos conceitos serem um modo humano de organizar as experiências através da linguagem, as crianças pré linguísticas são capazes de organizar (categorizar) suas experiências através da percepção, começando nos primeiros meses de vida, sem a necessidade de conceitualizar suas experiências linguisticamente. (PAUEN, 2002; XU, 2003; KINGO, 2008).

As categorias perceptivas ocorrem quando há estímulos sensoriais e visuais, como sons, imagens e texturas, de modo automático e inconsciente. Osman Kingo (2008, p. 6) relata uma pesquisa empírica envolvendo bebês. Nessa pesquisa, foram apresentadas imagens de gatos e cavalos a vários bebês de três a quatro meses. Os pesquisadores notaram que os bebês percebiam a diferença entre formas, cores e sons dos gatos e cavalos. Eles eram capazes de perceber o miado do gato como diferente do relincho do cavalo, por exemplo. Com isso, ficou evidente que crianças pré-linguísticas categorizam (organizam) as informações perceptivas mesmo sem conceitualizá-las, isto é, sem terem informações significativas ou conscientes da experiência em questão. Assim sendo, as categorias perceptivas são habilidades sensoriais de reconhecer objetos e as categorias conceituais uma habilidade significativa e consciente de especificar objetos.

Contudo, essa distinção tem como objetivo demonstrar que os seres humanos desde muito cedo são capazes de categorizar suas experiências. Mas tal categorização vai se complexificando com o desenvolvimento pessoal e cognitivo. O equívoco de McDowell estaria no fato de reduzir a categorização ao que é consciente e linguístico (significativo), deixando o fato de que percepções básicas, como as das crianças pré-linguísticas que não são estruturadas como as dos seres humanos maduros. Portanto, podemos dizer, a partir das experiências perceptivas de bebês pré-verbais, que a linguagem e o entendimento não são condições

---

<sup>26</sup> Para mais informação sobre as metodologias e os testes empíricos das categorizações das crianças pré-linguísticas ver KINGO, O. **The concept of concepts: perceptual and Conceptual Categorization in Infancy under Scrutiny**. *Journal of Anthropological psychology*. No. 19, 2008; Department of Psychology, University Of Aarhus. Também não menos importante, XU, F. **The development of object individuation in Infancy**. In. H. Hayne; J.W. Fagen (EDS.), *Progresso n infancy Research*, Vol 3. Pp. 159-192. Lawrence Earbaum Associates, Publishers, Mahwah, NJ: US, 2003.

necessárias à percepção.

O filósofo Arthur Collins (1998, p. 379), criticou o reducionismo e intelectualismo de McDowell. Para ele, a experiência perceptiva não deve ser restrita às capacidades conceituais e linguísticas, porque crianças pré-linguísticas e animais não humanos percebem e agem no mundo sem essas capacidades tão complexas. Uma ave pode se aproximar de um humano, observá-lo, interagir, demonstrar carinho, irritação ou mesmo atacar. Tal ave pode perceber ou representar estados de coisas sem possuir uma linguagem inferencial (STLEG, 2008). Assim, os animais não humanos percebem independentemente de conceitos sofisticados ou uma linguagem complexa. Se observarmos percepções de primatas, por exemplo, notaremos que até os animais mais próximos dos humanos são capazes de distinguir objetos em seu meio e reconhecer seus parentes, suas presas, escolher um prato com mais jujubas do que outro, como no caso da chimpanzé Sheba (Hurley (2001).

Alva Nöe (2004) corrobora com a crítica às concepções intelectualistas de que, para perceber algo, é necessário haver um entendimento (intelecto) e uma linguagem complexa. Para ele, a percepção envolve habilidades práticas que são sensório-motoras, não apenas intelectuais. Tais habilidades seriam proto-conceituais, mas não proposicionais.

A percepção não diz respeito apenas às atividades intelectivas e proposicionais. Apesar dos animais não humanos não possuírem uma subjetividade tal qual a humana, ela não é condição necessária para terem percepção ou mesmo representar o mundo. Animais não humanos experienciam e percebem mundo tal qual animais humanos maduros, embora de um modo não linguisticamente articulado. A experiência perceptiva, assim, não depende de conceitos complexos nem de um espaço lógico das razões (contexto normativo) em que damos e pedimos razões sobre determinada experiência. Desse modo, mesmo sem estarem situadas em um espaço lógico, as crianças pré-linguísticas e animais não humanos experienciam o mundo. Portanto, o que queremos apontar, é que nas capacidades perceptivas mais básicas não é preciso um conteúdo conceitual e proposicional (linguístico). Possuir capacidades proposicionais não é condição necessária para experienciar o mundo. O conteúdo representacional de animais não humanos e crianças pré-linguísticas é de outra natureza, a saber, são conteúdos representacionais não conceituais.

### 3.4 O ARGUMENTO KANTIANO DAS CONTRAPARTES INCONGRUENTES

O argumento das contrapartidas incongruentes nasceu num contexto de debate sobre o espaço. No caso específico, havia duas posições divergentes entre si, a saber, a newtoniana que defendia o espaço absoluto<sup>27</sup> e a leibniziana na qual entendia que o espaço era composto de propriedades e relações<sup>28</sup>. Immanuel Kant entra no debate na época de 1768 com um texto intitulado *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço*, em que ele defende a posição newtoniana segundo a qual o espaço não seria composto de relações de propriedades, mas, independentemente das relações em que os objetos estejam relacionados, haveria um espaço absoluto em que essas partes se direcionariam.

Contudo, nosso objetivo aqui não será expor a disputa leibniziana/newtoniana sobre o espaço, nem tampouco descrever em que medida a posição kantiana se aproxima ou distingue da newtoniana, mas pretendemos, apenas, discorrer em que medida o argumento das contrapartidas incongruentes pode nos garantir um exemplo de um conteúdo não conceitual da experiência perceptiva, isto é, um argumento que nos dê um exemplo de que certas experiências perceptuais não são de cunho conceitual e proposicional, mas pela mera intuição (conteúdo não conceitual), pois o próprio espaço, no entender de Kant, não deve ser entendido como algo conceitual e discursivo<sup>29</sup>.

O filósofo Gottfried W. Leibniz compreendia que se o espaço for composto de propriedades e relações, então ele seria conceitual, uma vez que haveria em toda simetria e igualdade uma congruência. Assim sendo, toda relação de igualdade seria logicamente congruente. No entanto, Kant procura elaborar um argumento, conhecido como *contrapartidas incongruentes*, para demonstrar que mesmo que haja igualdade e simetria entre duas partes, não se segue que sejam congruentes. Para isso, ele dá um exemplo:

Que pode ser mais semelhante à minha mão ou minha orelha e mais igual em todas as suas partes que sua imagem no espelho? E, no entanto, não posso colocar essa mão tal como vista no espelho no lugar de seu original, pois se este era uma mão direita, aquela no espelho é uma mão esquerda, e a imagem da orelha direita é uma orelha esquerda

<sup>27</sup> “O tempo absoluto, verdadeiro e matemático, em si próprio, e da sua própria natureza, flui igualmente sem relação com nada exterior” (NEWTON, I. 1962, P. 6)

<sup>28</sup> “Quando a mim, deixei assentado mais de uma vez que, a meu ver, o espaço é algo puramente relativo, como o tempo; a saber, na ordem das coexistências, como o tempo na ordem das sucessões. De fato, o espaço assinala em termos de possibilidade uma ordem das coisas que existem ao mesmo tempo, enquanto existem junto, sem entrar em seu mofo de existir. E quando se vêem muitas coisas junto, percebe-se essa ordem das coisas entre si” (LEINIZ, 1988, P. 243).

<sup>29</sup> “O espaço não é um conceito discursivo ou, como se costuma dizer,, um conceito universal de relações das coisas em gerais, mas sim uma intuição pura. Pois, em primeiro lugar, só se pode representar um único espaço e, quando se fala em muitos espaços, entende-se por isso apenas as partes de um mesmo e único espaço universal” (CRP, B39, {1781} 2012, p. 74).

que de nenhum modo pode substituir-se à primeira. Ora não há aqui quaisquer diferenças intrínsecas que o entendimento pudesse chegar a pensar, e, contudo, as diferenças são internas, tanto quanto mostram os sentidos, pois a mão esquerda não pode dispor-se nos mesmos contornos que a primeira (não podem ser feitas congruentes), apesar de toda igualdade e semelhança recíprocas; a luva de uma mão não pode ser usada na outra (Kant, *Prolegômenos*, {1783} 2014, 13, p. 58 )

Esse exemplo de Kant procura salientar que a discriminação da contraparte de uma mão no espelho (seu reflexo) não pode ser de cunho conceitual (discursivo)<sup>30</sup>, mas meramente intuitiva.<sup>31</sup> Intuitiva na medida que tal experiência necessitaria de alguma localização espacial, um vez que “em qualquer porção do espaço em que a mão direita e esquerda fossem posicionadas, elas sempre estariam orientadas” (SENEDA, 2017, p. 16). Assim, qualquer orientação em que estejam direcionados os objetos perceptivos já haveria o espaço envolvido.

Pois as posições das partes do espaço nas suas relações recíprocas pressupõem a direção para a qual estão ordenadas em tal relação, e, num entendimento mais abstrato, a direção não consiste na relação de uma coisa com a outra – o que é propriamente o conceito de posição (*Der begrif der Lage*) –, mas na relação do sistema dessas posições com o espaço universal absoluto (KANT, {1768} 1997, p. 73).

A percepção espacial dos objetos não seria conceitualmente articulada, pois os objetos no espaço teriam determinada forma e posições uns em relação aos outros, mas em que tais percepções requeriria a intuição sensível. Assim, somos capazes de representar o espaço por conta da intuição. A percepção de objetos está sujeita à sensibilidade. Sem este carácter sensível, não poderíamos perceber nada no mundo. O argumento kantiano quer trazer à tona a esfera sensível que subjaz às experiências perceptivas. Quando calçamos um par de sapatos às vezes não notamos que, apesar de serem indênticos, são incongruentes. O sapato direito não cabe no pé esquerdo e vice-versa. O que Kant quer que prestemos atenção é que a percepção da diferença entre tais sapatos são sensíveis, isto é, são percepções intuitivas, não conceituais. Mas, isso não quer dizer que não haja percepções conceituais, apenas busca-se demonstrar a base sensível de várias experiências. Mesmo porque há duas faces do conhecimento humano, a saber, a face intuitiva e a conceitual.

A face intuitiva do conhecimento diz respeito ao modo pelo qual somos afetados imediatamente pelos objetos, sem a mediação intelectual. A intuitiva sensível, dessa forma, dirige-se singular e imediatamente aos objetos no espaço e no tempo (B33). A face conceitual

---

<sup>30</sup> “Todo conhecimento exige um conceito, podendo este ser tão imperfeito ou obscuro como seja; segundo sua forma, porém, ele é sempre universal e que serve como regra. Assim o conceito de corpo, segundo a unidade do diverso que é pensada por meio dele, serve de regra para o nosso conhecimento dos fenômenos externos” (KANT, 2012, A106).

<sup>31</sup> “A representação que pode ser dada antes de todo pensamento se denomina intuição” (KANT, 2012, B132).

do conhecimento refere-se à mediação do entendimento humano em nossas experiências. Somos capazes de conceitualizar certas percepções porque há uma interferência do intelecto. Desse modo, a intuição é uma representação singular. Ela se refere a um objeto singular. O conceito é universal. Universal porque é uma representação por nota comum, isto é, um conceito refere-se a objetos por meio de uma característica comum<sup>32</sup>. Quando vamos ao zoológico temos várias experiências legais. Ao ter contato com um leão rugindo ou uma linda ave voando (experiências intuitivas). Podemos, inclusive, procurar catalogar o maior número de aves que pudermos. A experiência direta e singular com tais objetos seria intuitiva, mas o que tem em comum a todos esses seres vivos, a saber, serem animais ou da espécie x, seria conceitual. Para Kant, o conceito seria a maneira pela qual nós seres humanos unificamos características num universal<sup>33</sup>.

Para exemplificar ainda mais a distinção entre conhecimento intuitivo e conhecimento conceitual, recorreremos a um exemplo kantiano presente em uma das suas lições de lógica (Lógica de Jäsche). Vamos supor que alguém nunca tenha ouvido falar do conceito “casa”. Será que mesmo sem tal conhecimento a pessoa não sabe de fato que o objeto em que vive tem certas propriedades, que serve para descansar, se proteger da chuva? Assim, não possuir conceitos como “casa” ou “habitação” não impede que o sujeito perceba tal objeto. A intuição sensível dá a tal sujeito o objeto sem mediação conceitual.

Mas se outro sujeito, diria, alguém “civilizado” que mora numa região metropolitana, pode articular sua experiência perceptiva com o conceito de “casa” e “habitação”, quer dizer que há, neste caso, uma mediação conceitual (KANT, Lógica Jäsche, A 41, p. 50). Neste segundo exemplo, há, segundo Kant, um conhecimento conceitual, porque há a articulação da intuição sensível e o entendimento. Mas a mediação conceitual não é uma condição exclusiva para se ter experiência perceptiva. A mera intuição enquanto representação sensível dá condições necessárias para que haja percepções não conceituais.

Os objetos podem certamente aparecer para nós sem que tenham de referir-se necessariamente a funções do entendimento (*CrP*, B12, {12020781} 2012, p. 123).  
A representação que pode ser dada antes de todo pensamento se denomina intuição (*CrP*, B132, {1781} 2012, p. 129).

<sup>32</sup> “Todos os conhecimentos, quer dizer, todas as representações relacionadas a um objeto são ou intuições ou conceitos. A intuição é uma representação singular (*repraesentatio singularis*), o conceito uma representação universal (*repraesentatio per notas communes*), ou refletida (*repraesentatio discursiva*)” (Lógica Jäsche, A140).

<sup>33</sup> Apesar de Kant conceber o conceito como uma representação intelectual, ele pode ser considerado um dos pais do inferencialismo contemporâneo, pois entende que um conceito deve ser subsumido no juízo. Assim, para que saibamos o sentido de um conceito x, precisamos pô-lo em inferências. Ver LANDY, D. **Kant’s Inferentialism: the case Against Hume**. Routledge, 2015.

Não obstante, a suposição kantiana é que independentemente do que pode ser conceituável, a representação sensível tem uma autonomia perante a faculdade do entendimento por sempre haver um espaço em qualquer direção em que objetos estejam direcionados. Assim, portanto, Kant com o argumento das contrapartes incongruentes quer provar que a representação sensível (intuição) nos dá conteúdos não conceituais, uma vez que (1) a intuição sensível tem autonomia representacional, neste sentido, a intuição sensível, por definição, não é conceitual; (2) o próprio espaço enquanto condição para qualquer representação (conceitual ou não) não é um conceito discursivo, ou seja, o espaço é não conceitual.

Robert Hanna (2008) compreende que o argumento das contrapartes incongruentes de Kant é uma maneira mais satisfatória de se defender o conteúdo não conceitual, pois diferentemente dos outros argumentos não conceitualistas, o argumento kantiano dá ao defensor do conteúdo não conceitual da experiência perceptiva um conteúdo essencialmente não conceitual. Segundo ele, argumentos como a fina granulação, a condição e etc., não são suficientes para desbancar o conceitualismo de McDowell, na medida que o conteúdo não conceitual, ao ser caracterizado como “proto conceitual” ou instanciador do conceitual, não é essencialmente não conceitual, apenas contingentemente não conceitual. Sendo assim, ao pressupor tal conteúdo, o não conceitualista pode superar o conceitualismo tradicional, segundo o qual, toda experiência perceptiva tem uma representação conceitual, tendo em vista que o conteúdo deve ser passível de justificação epistêmica dentro do espaço lógico das razões.

Contudo, o conceitualismo de McDowell se diferencia do tradicional ao postular um conceito demonstrativo segundo o qual toda experiência perceptiva é conceitual, pois basta que um sujeito percipiente detenha de conceitos adequados ou qualquer outro sujeito que possa conceitualizar a experiência como *tal e tal*. Segundo este modo de pensar, o conteúdo da experiência não seria apenas conceitual, mesmo porque, poderia acontecer de algum sujeito não ter conceitos adequados para descrever sua experiência, mas seria, sobretudo, *conceituável*.

Vamos supor que minha tia não saiba o que é um fone sem fio, ela não possui o conceito adequado para descrever como *tal e tal*. Entretanto, seu filho ao qual lhe deu de presente o fone, detenha o conceito de forma apropriada. Neste sentido, mesmo que a tia não possa descrever sua experiência de *tal e tal modo*, para McDowell, este conteúdo é conceitual porque pode ser conceituável por outra pessoa.

McDowell sugere que qualquer experiência passível de conceitualização tem um conteúdo conceitual. Se todo conteúdo é conceitual porque pode ser conceituável, argumentos não conceitualistas que propõem conteúdos não conceituais enquanto “proto-conceituais” não seriam suficientes para demolir o conceitualismo do tipo que McDowell propõe. Este tipo de

conceitualismo Hanna chama de “conceitualismo altamente refinado”.

De acordo Hanna, o argumento kantiano das contrapartes incongruentes fornece ao não conceitualismo um conteúdo essencialmente não conceitual capaz de demolir as teses do “conceitualismo altamente refinado”, pois para este argumento há representações sensíveis que não são totalmente não conceituais. O sujeito percipiente não precisa ter conceitos adequados no momento ou depois para se ter tal experiência. A natureza da experiência é essencialmente não conceitual, uma vez que o conteúdo da experiência pode ser discriminado apenas pela intuição sensível que não necessita do entendimento para se referir a objetos. Um objeto pode nos ser Dado mesmo sem ser pensado.

Hanna, rejeita a ideia de que conceitos demonstrativos sejam propriamente conceitos. Um animal que tenha o corpo de um elefante e a cabeça de um falcão não é propriamente um novo tipo de Elefante. Segundo ele, há requisitos mínimos para que uma representação seja inteiramente conceitual: (1) seu conteúdo deve ser intrinsecamente descritivo; (2) tal conteúdo deve ser compartilhável intersubjetivamente; (3) o sujeito percipiente não precisa estar em contato direto com aquilo que é por ele representado.

A função de um conceito é, no mínimo, prover, de forma mais ou menos definida, a categorização, classificação, discriminação ou identificação de objetos, e deve também ser possível transmitir linguisticamente o conteúdo de um conceito para alguém que não esteja em contato direto ou confrontado com o objeto ou objetos representados por esse conteúdo conceitual – p. ex., deve ser possível transmitir linguisticamente esse conteúdo conceitual a alguém através do telefone (HANNA, 2008, p. 50).

A ideia é que conceitos demonstrativos não determina a natureza de uma experiência perceptiva. Mesmo que, no caso do exemplo das contrapartes incongruentes, McDowell sugira que seria conceitual porque alguém pode descrever “esta mão direita” e “esta mão esquerda”, segundo Hanna, discriminação já pressuporia um contato perceptivo da intuição com um objeto espacial. Ou seja, haveria um confronto representacional intuitivo com um objeto no espaço. Em poucas palavras, a mão direita e seu reflexo esquerdo no espelho sempre estão direcionadas no espaço: Cada objeto no mundo possui uma contraparte incongruente real ou possível. Na percepção de todo objeto espacial já estão envolvidas discriminações não conceituais.

### 3.5 NOTAS FINAIS

As formulações conceitualistas de McDowell em *Mente e Mundo* (2005), como exposto nas seções acima, foram duramente criticadas por filósofos não conceitualistas. A principal crítica foi contra a ideia de que a experiência perceptiva contém conceitos intrínsecos e se



estrutura proposicionalmente. De acordo com o conceitualismo presente em *Mente e Mundo*, há capacidades conceituais inerentes às experiências. Nesse sentido, a experiência fornece conteúdos conceituais para que sujeitos percipientes descrevam suas experiências proposicionalmente, isto é, o sujeito percipiente ao especificar uma experiência a partir de um conceito demonstrativo (isto é  $x$  e aquilo é  $y$ ), torna qualquer experiência perceptiva conceitual. O objetivo de McDowell nesse postulado era pôr no reino das capacidades inferenciais todo e qualquer objeto que aparecesse no campo visual do sujeito percipiente. A intuição sensível cumpriria a função de especificar todas as particularidades perceptivas.

Se um Coelho aparecesse no campo visual de algum sujeito e ele não tivesse conceitos adequados para especificar tal objeto como “Coelho”, bastaria que outro sujeito possuísse o conceito para especificá-lo como “Coelho”. De todo modo, o objeto perceptivo seria Coelho, uma vez que em qualquer cenário alguém teria a posse do conceito em questão.

Não obstante a isso, concordo plenamente com as críticas não conceitualistas às teses do conteúdo proposicional. Na medida que é equivocado a ideia de que há conceitos intrínsecos às experiências, pois se assim o fosse, os sujeitos percipientes teriam a capacidade de especificar conceitualmente todo e qualquer objeto perceptivo. Contudo, não é o caso que sujeitos especificam conceitualmente todas as experiências dessa forma. Além do mais, há experiências perceptivas que são tão ricas em detalhes que não conseguimos especificá-las conceitualmente (seção 3.1, p. 47). Uma outra razão para recusarmos as teses do conteúdo proposicional é o fato de que a percepção não pode ser reduzida à experiência de animais humanos adultos. Há experiência perceptiva também em crianças não linguísticas e animais não humanos (seção 3.2, p. 52).

O intelectualismo moderado ao qual McDowell adere deixa de lado o fato de que em experiências perceptivas mais básicas não são restritas à uma linguagem complexa. As críticas levantadas pelo não conceitualismo fizeram com que McDowell abandonasse a ideia de que o conteúdo da experiência perceptiva se estrutura proposicionalmente. Ele assumiu uma nova posição segundo a qual a experiência perceptiva contém um conteúdo conceitual que é intuitivo. A intuição agora não estabelece um contato com particularidades, ou seja, para que haja uma experiência perceptiva conceitual, os sujeitos percipientes não precisam especificar suas experiências de *tal e tal modo*. Eles não precisam ter um conceito demonstrativo  $x$  para especificar uma experiência  $y$ . A intuição, nesse sentido, possibilita aos sujeitos especificarem generalidades, tópico que iremos abordar mais detalhadamente no capítulo a seguir.

#### 4 CONCLUSÃO: O CONTEÚDO INTUICIONAL E O CONTEÚDO NÃO CONCEITUAL

O debate em torno do conteúdo proposicional acarretou um longo debate desde a publicação de *Mente e Mundo* de John McDowell, fazendo com que, posteriormente, ele revisasse sua tese do conteúdo proposicional, principalmente após as críticas de Charles Travis. Para responder as críticas provocativas de Travis, McDowell escreveu um artigo denominado *Avoiding the Myth of the Given*<sup>34</sup>. O objetivo desse artigo foi dar uma resposta conceitualista sem cair Mito do dado, isto é, sem recorrer numa posição em que se pressupõe conteúdos não conceituais que sirvam de justificativas epistêmicas para nossas alegações sobre o mundo.

Conhecimento perceptivo envolve sensibilidade, isto é, a capacidade de responder as diferentes características do ambiente, possível na medida em que o sistema perceptivo funciona de forma adequada. Mas, a sensibilidade não pertence à razão. Partilhamos isso com animais não racionais. (...) O que nos distingue dos outros animais é que a nossa percepção está envolvida em atividades racionais (MCDOWELL, 2009, p. 257).

McDowell procurou destacar que sua nova posição não deve ser compreendida como alguma versão do fundacionismo em que a percepção contém um conteúdo não conceitual que fundamenta e justifica racionalmente nossas experiências. Esta nova posição mantém o fato de que há atividades racionais na experiência perceptiva, pois, o contato entre a mente e mundo contém um conteúdo conceitual, mas se diferencia da antiga versão, uma vez que o conteúdo da experiência não apresenta um conteúdo proposicional. Duas teses centrais são destacadas no artigo *Avoiding the Myth of the Given*:

- i. **A experiência perceptiva não se estrutura proposicionalmente**
- ii. **A experiência apresenta um conteúdo intuicional<sup>35</sup> que, apesar de ser conceitual, não é discursivo**

Em *Mente e Mundo* McDowell concebera que a relação mente e mundo precisa ser um contato racional e normativo, pois o conteúdo da experiência não pode extrapolar os limites do espaço lógico das razões, o espaço das nossas crenças e justificações (MCDOWELL, 2005, p. 63). Assim, ele defendeu que relações racionais só existem entre conceitos, porque a experiência perceptiva possui conteúdos conceituais, mas tais conteúdos podem ganhar forma proposicional como *Isto é verde ou Aquilo é de tal e tal modo*.

<sup>34</sup> O artigo *Avoiding the Myth of the Given* passou a compor um dos capítulos do seu livro **Having the World in View: Essays on Kant, Hegel, and Sellars**. Harvard University Press, 2009.

<sup>35</sup> McDowell utiliza o termo *intuitional content* para se referir ao termo kantiano *intuição (Anschauung)*.

Numa experiência específica na qual alguém não está iludido, o que essa pessoa observa é *que as coisas são de tal e tal modo*. *Que as coisas são de tal e tal modo* é o conteúdo da experiência, e também pode ser o conteúdo de um juízo: torna-se o conteúdo de um juízo caso o sujeito decida tomar a experiência por seu valor de face. Nessa medida, ele é um conteúdo conceitual (McDowell, 2005, p. 63).

Charles Travis, contudo, criticou a ideia de que a experiência perceptiva tenha um conteúdo proposicional, sobretudo, o fato de que as relações racionais só existam entre conceitos. Para ele podemos sustentar racionalmente os nossos julgamentos e crenças empíricas com aspectos não conceituais. Assim, a experiência perceptiva contém um conteúdo que não é redutível aos aspectos conceituais e proposicionais. O que sustentaria de modo racional o julgamento *o livro é azul* é o fato do livro ser desse modo, não como pensou McDowell, as coisas se apresentando de *tal e tal modo*. Como as coisas realmente são, revela a verdade ou falsidade das nossas alegações perceptivas. O mundo como realmente é nos fornece conteúdos que são não conceituais para que possamos realizar inferências. Além do mais, os conteúdos não conceituais serviriam de instanciadores para os conteúdos proposicionais. Portanto, o conteúdo proposicional não pode servir de critério de verdade para os nossos julgamentos (TRAVIS, 2007, p. 230).

Não obstante, McDowell reconhece os limites da tese do conteúdo proposicional presente em *Mente e Mundo*.

Eu costumava assumir que para conceber experiências com atualizações de capacidades conceituais, precisamos creditar as experiências com conteúdo proposicional, o tipo de conteúdo que os julgamentos apresentam. E costumava assumir que o conteúdo de uma experiência precisaria incluir todas as coisas que a experiência capacita o sujeito a saber não-inferencialmente. Ambas as suposições agora me parecem erradas (MCDOWELL, 2009, p. 258).

McDowell reconhece duas teses problemáticas presentes na sua antiga posição. 1) que a experiência apresenta um conteúdo proposicional; 2) e que a experiência perceptiva necessariamente deve incluir em seu conteúdo o conceito de todas as coisas que o sujeito conhece não-inferencialmente. A segunda tese problemática refere-se ao fato de que o sujeito deveria possuir, *prima face*, um conceito para qualquer coisa que lhe seja apresentada em sua experiência. Neste sentido, o sujeito da experiência precisaria ter um conceito demonstrativo para especificar todos os detalhes e características da experiência. O problema estaria justamente na impossibilidade de incluir em tais conceitos todos esses saberes não inferenciais. O conteúdo proposicional mencionado na primeira tese seria o modo pela qual o sujeito percipiente especifica experiências particulares, como por ex., se no campo visual aparecesse um animal voador, poderíamos especificá-lo como *sendo de tal e tal modo*, isto é, um Papagaio.

Entretanto, a partir do texto *Avoiding de Myth of Given*, McDowell concebe uma nova perspectiva acerca do conteúdo da experiência. O conteúdo não seria mais proposicional, mas intuicional. Assim ele escreve:

O que me parece certo é isto: minha experiência coloca um pássaro disposto no meu campo visual e minha capacidade de reconhecimento capacita-me, a saber, não-inferencialmente, que o que eu vejo é um cardeal. Até se continuamos a assumir que experiência tem conteúdo, não existe a necessidade de supor que o conceito sobre o qual recai minha capacidade de reconhecimento precise figurar neste conteúdo (MCDOWELL, 2009, p. 259).

Ao contrário de *Mente e Mundo*, que alguém ao ver um pássaro com característica de um Cardeal, poderia incluir, na sua experiência visual, um conceito em forma proposicional como *aquele* ou *este* pássaro é um *Cardeal*, na nova posição, a do conteúdo intuicional, uma experiência visual não precisa especificar um conceito demonstrativo, como *este Cardeal*, para abarcar toda experiência perceptiva. O problema dos conceitos demonstrativos é que eles não dão conta da amplitude e diversidade da experiência perceptiva. Um conceito seria incapaz de especificar todos os conteúdos perceptivos.

Não obstante, o conteúdo intuicional refere-se às características gerais da experiência. Ele abrangeria o cenário perceptivo na medida em que os conteúdos perceptivos da experiência não precisam incluir, a priori, o conceito de *Cardeal*. Por exemplo, vamos supor que apareça no campo visual de Francisco e João um pássaro da espécie *Cardeal*. Francisco não consegue perceber em seu campo visual que seja um *Cardeal*, ele não reconhece o animal como *Cardeal*. Mas João consegue reconhecer plenamente que este animal é um *Cardeal*. Em ambos os casos o conteúdo da experiência é o mesmo: ambos veem o *Cardeal*, apenas a experiência apresenta características diferentes. Um reconhece o animal (mesmo sem ter o conceito específico *como tal*) e o outro reconhece o animal *como tal*. O termo animal enquanto conteúdo da experiência bastaria para que ambos justifiquem o que lhes aparece no campo visual..

O conteúdo intuicional fornece ao sujeito percipiente aspectos gerais de uma experiência perceptiva, isto é, o sujeito da experiência não precisa ter, como em *Mente e Mundo*, conceitos específicos para capturar todas as experiências. Mas, na nova posição, McDowell não estaria recorrendo às teses não conceituais? O conteúdo intuicional não seria uma espécie de conteúdo não conceitual por definição? De acordo com McDowell, apesar desse conteúdo não ser proposicional, ainda assim seria conceitual, uma vez que as capacidades conceituais são exercidas na própria experiência perceptiva. A intuição sensível forneceria ao entendimento conteúdos capazes de ser conceitualizados. Dessa forma, as capacidades conceituais seriam atividades recíprocas entre a faculdade da sensibilidade e a faculdade do entendimento. Em

outras palavras, a intuição teria algo de conceitual na medida em que participa ativamente das categorizações realizadas pelo entendimento. No entanto, ao contrário da antiga posição em que ele compreendia a intuição sensível como conceitualmente articulada e ativa, na nova posição a intuição seria pré-conceitual, isto é, sua função seria de fornecer à faculdade do entendimento os materiais necessários para a conceitualização.

McDowell compreende a intuição “como o modo de apresentação direta dos objetos” (MCDOWELL, 2009c, 260). Kant compreendia que na intuição os objetos são dados de modo imediato ao sujeito para que haja conhecimento. A intuição teria uma função de ligar o que é dado à experiência às categorizações do entendimento.

Quaisquer que sejam o modo ou os meios pelos quais um conhecimento se relaciona aos objetos, aquele pelo qual se relaciona imediatamente a eles, e a que todo pensamento como meio se dirige, é a intuição (KANT, 2012, B33).

Para Kant, na intuição os objetos são apresentados ao sujeito percipiente independentemente do entendimento ou proposições, apesar do entendimento ser o unificador do múltiplo da intuição. A intuição, não teria uma estrutura proposicional, uma vez que ela não é discursiva. “O que precisamos é de um conteúdo que não seja proposicional, mas intuicional, no sentido kantiano (MCDOWELL, 2009, p. 260). As intuições sensíveis, ao exemplo do espaço e tempo que são intuições puras, isto é, como representações necessárias *a priori*, seriam apenas condições de possibilidades, fundamentos para os fenômenos externos e não um conceito capaz de abarcar toda a experiência perceptiva, pois “O espaço não é um conceito discursivo ou, como se costuma dizer, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura” (KANT, 2012, B39).

McDowell percebeu que a posição filosófica, presente em seu célebre livro, dava à intuição sensível um papel demasiadamente totalizante, na medida em que demandava da intuição uma universalidade conceitual e proposicional que nem o próprio Kant concebera. Tanto as críticas dos filósofos da fina granulação quanto Travis tocaram justamente no ponto da impossibilidade da universalização conceitual da diversidade e complexidade das experiências de percepção. No entanto, McDowell reconhece que “A intuição é não discursiva, enquanto o julgamento é discursivo. O conteúdo discursivo é articulado, enquanto o conteúdo intuicional é não articulado” (MCDOWELL, 2009c, p. 252). Portanto, o conteúdo intuicional não requer que a intuição sensível tenha funções articuladoras próprias da faculdade do entendimento, mas no sentido kantiano.

A mesma função que dá unidade às várias representações em juízos dá unidade também à mera síntese de diferentes representações em uma intuição e, expressa em termos gerais, denomina-se conceito puro do entendimento (KANT, 2012, B105).

A intuição teria a função de veículo para que haja julgamentos de experiência, pois as “Faculdades cognitivas de alto nível estão operantes na experiência perceptiva, mesmo que as experiências não apresentem conteúdos proposicionais” (MCDOWELL, 2009, p. 260). A ideia geral nesse ponto de vista é que capacidades conceituais, entendidas como faculdades cognitivas de alto nível, são operações ativas na experiência perceptual, ou seja, em toda experiência de percepção há uma relação entre as duas faculdades, a saber, a faculdade da sensibilidade (intuição ou faculdade de baixo nível) e a faculdade da espontaneidade (entendimento ou faculdade de alto nível). Esta faculdade de baixo nível, na nova perspectiva de McDowell, não apresenta estrutura conceitual, mas ela é condição necessária para que juízos de experiências sejam articulados. Portanto, “a faculdade que fornece unidade às intuições, fornece unidade aos julgamentos” (MCDOWELL 2009, p. 260).

Assim sendo, tal qual Kant, ele passou a conceber que a sensibilidade apresenta um múltiplo da intuição totalmente desarticulado, isto é, os objetos da experiência ao serem desorganizados, necessitam de uma unidade sintética realizada pelo entendimento. McDowell busca postular que, para que uma experiência perceptiva seja conceitual, o sujeito percipiente, ao possuir faculdade do entendimento, tem que ter a capacidade de articular aquilo que lhe é dado imediatamente em sua experiência e o julgamento que ele faz dela. Em poucas palavras: o que basta para que a experiência perceptiva seja conceitual é o fato do sujeito perceber características gerais do objeto que lhe é apresentado na percepção.

Assim sendo, ao julgar que um animal com pelo é um cachorro, ele precisa apenas ter a condição de identificar características gerais do objeto, como *sendo um animal, possui pelo, latir*, entre outros. Não há necessidade da posse de um conceito proposicionalmente pré-articulado para julgar experiências de *tal e tal modo*. Portanto, a intuição mesmo sendo desarticulada é um veículo para que o sujeito articule sua experiência em um juízo: tal animal é um cachorro por apresentar características *desse ou daquele modo*. Em poucas palavras, “Todo aspecto do conteúdo de uma intuição é presente em uma forma já disponível para ser um conteúdo associado a uma capacidade discursiva” (MCDOWELL, 2009, p. 264).

Na experiência perceptiva, o sujeito entra em contato imediatamente com algum objeto possibilitando-o descrevê-lo de diferentes maneiras. O objeto apresentado na experiência, mediante a intuição sensível, sustenta racionalmente o que julgamos, uma vez que “o objeto se

faz visualmente a uma capacidade discursiva” (MCDOWELL, 2009, P. 265). Mas isto não quer dizer que a experiência perceptiva apresente conteúdo não conceitual, pois capacidades conceituais são o modo pela qual a experiência se estrutura racionalmente. Não há, segundo a nova perspectiva de McDowell, experiência perceptiva em que não haja capacidades conceituais. A razão para isso é que o sujeito da experiência tem uma estrutura cognitiva capaz de unificar suas experiências através da racionalidade, ou em termos kantianos, possuir entendimento. Esse sujeito é capaz de categorizar tais experiências em conceitos. Portanto, o *eu penso* kantiano<sup>36</sup> no qual McDowell se inspira seria capaz de unificar todas as suas representações conceitualmente<sup>37</sup>.

E para o *eu penso* acompanhar alguns dos conteúdos de uma intuição, digo uma intuição visual, é para o sujeito julgar que está visualmente confrontado por um objeto com *tais e tais* características. Desde que, a intuição apresente o objeto com suas características, tal julgamento seria bem informado (MCDOWELL, 2009, p. 266).

Mas não será que essa nova concepção não se assemelharia às posições não conceitualistas na medida em que o conteúdo da experiência seria pré-conceitual? Tais conteúdos seriam instanciadores de inferências. Segundo as concepções não conceitualistas, a faculdade inferior da experiência fornece um conteúdo não conceitual que informa a faculdade superior para que haja juízos de experiências. No entanto, a ideia básica de McDowell é que não há uma autonomia representacional entre as duas faculdades. Elas estão em plena relação conceitual, embora, como afirmamos, a faculdade inferior (intuição sensível) não necessita de um conteúdo proposicional. Desse modo, uma experiência visual é conceitual porque o sujeito percipiente é capaz de articular as capacidades conceituais inerentes à própria experiência. Mas se na nova perspectiva de McDowell não há espaço para um conteúdo não conceitual, significa que sua posição não se aproxima em nada do não conceitualismo? A tese do conteúdo intuicional pode ser compreendida como próxima do não conceitualismo em aos menos três pontos.

O primeiro é que o conteúdo intuicional de uma experiência perceptiva não seria articulado como um conceito demonstrativo (proposicional). A intuição teria apenas uma função de conteúdo para nossos juízos, não de articuladora de experiência. Assim sendo, ela

---

<sup>36</sup> “O *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações; pois, do contrário, seria em mim representado algo que não pode ser pensado de modo algum, o que significa simplesmente que: ou a representação seria impossível, ou ao menos não seria nada para mim” (KANT, 2012, B132). O *eu penso* kantiano seria uma função, não uma substância como concebeu René Descartes. Para Kant, ao contrário, ele não seria uma categoria do entendimento, mas um unificador. A sua função primordial seria de sintetizar as intuições e conceitos.

<sup>37</sup> “o *eu penso* kantiano capaz de acompanhar todas as representações, acompanha algum dos conteúdos presentes na intuição” (MCDOWELL, 2009, p. 266).

não seria pré-conceitual, tal qual pressuporam os filósofos da fina granulação. McDowell se equivoca ao insistir que o conteúdo intuicional seja conceitual, mas que seja desarticulado. A intuição sensível não possui uma função ativa, por isso que ela seria não-conceitual ou pré-conceitual.

A experiência perceptiva possui um conteúdo que ainda não é estruturado por conceitos, pois o sujeito percipiente não é capaz, em todas as suas experiências, de especificar o objeto com algum conceito específico. “Percebemos todas as tonalidades de verde mesmo não possuindo os conceitos adequados” (PEACOCKE, 2001, p. 242). A ideia básica da fina granulação é que seria impossível traduzir em conceitos todos os detalhes e características de uma experiência. Nossas experiências são muito mais ricas do que nossa capacidade de conceitualizá-las. Assim sendo, a fenomenologia básica da percepção humana possui conteúdos que não são articulados conceitualmente. “O conteúdo não-conceitual das experiências é capaz de fornecer não apenas razões, mas boas razões para nossos juízos e crenças empíricas” (PEACOCKE, 1992, p. 80). Portanto, o conteúdo intuicional ao ser desarticulado, seria pré-conceitual. Um modo diferente de dizer, não-conceitual.

O segundo ponto de aproximação com o não conceitualismo é que, do ponto de vista kantiano, a intuição não é um modo de perceber discursivo, ela se apresenta ao sujeito de forma não conceitual ou não discursiva. A intuição teria uma independência representacional perante o entendimento, pois “os objetos podem certamente aparecer para nós sem que tenham de referir-se necessariamente a funções do entendimento” (KANT, 2012, B122). A ideia central do conceitualismo de McDowell é de que a percepção humana refere-se a objetos se houver uma ligação com o entendimento. Este é o cerne do seu intelectualismo representacional. Entretanto, o conteúdo intuicional se for adequadamente próximo ao conceito kantiano de intuição sensível, pode ser equiparado ao conteúdo não conceitual.

O terceiro ponto de aproximação é que conteúdos de baixo nível são instanciadores de experiências conceituais de alto nível, como juízos e crenças. Assim, para que formemos juízos de experiência conceituais, é necessário que haja conteúdos não conceituais que informem capacidades conceituais. Este é o caso do conteúdo instanciador de Travis. Portanto, o conteúdo intuicional teria uma função de instanciar nossos juízos de experiências. Ideia esta também defendida pelos filósofos da fina granulação, Travis, Hanna, entre outros.

Contudo, o conteúdo intuicional de McDowell pode ser distinguido do não conceitualismo na medida que o conteúdo da experiência perceptiva apesar de ser desarticulado e instanciador de juízos de experiência, não é independente do entendimento. A intuição sensível e entendimento estão em pleno acordo na medida em que a faculdade de baixo nível



(desarticulada) informa a faculdade de alto nível (entendimento), gerando uma unificação necessária para que haja experiência perceptiva.

Se um objeto se faz presente através de algumas de suas propriedades na intuição, em que os conceitos destas propriedades exemplificam a unidade que constitui o conteúdo formal de um objeto, este alguém está por isso permitido a julgar que está confrontado com um objeto com tais propriedades. Neste caso a permissão deriva-se da presença do objeto como é, não de uma premissa para uma inferência (MCDOWELL, 2009, p. 271).

Desse modo, capacidades conceituais são entendidas enquanto esta ligação recíproca entre ambas as faculdades. Se de um lado, para o não conceitualismo, o conteúdo intuicional é não conceitual por ser independente do entendimento, de outro lado, para o conceitualismo de McDowell, o conteúdo intuicional é também conceitual, uma vez que não há independência representacional entre intuição e conceito. Portanto, para McDowell, toda experiência perceptiva é conceitual, na medida em que as capacidades conceituais são intrínsecas às próprias experiências. A experiência perceptiva mesmo que apresente um saber não inferencial, a *prima face*, ela ainda assim serviria de condição para que haja um saber inferencial conceitualmente articulado. Além do mais, as capacidades conceituais estão na unificação do conteúdo de uma experiência e o modo como nós, seres percipientes justificamos tais experiências.

Em *Mente e Mundo*, o conteúdo conceitual era concebido como um articular entre intuições, conceitos e juízos de experiência. O conteúdo da percepção era proposicional uma vez que os sujeitos percipientes descreveriam suas experiências com conceitos demonstrativos, tipo *Isto é azul* ou *Aquilo é um lápis*. Contudo, a partir de longos debates e críticas, ele mudou de opinião, manifestando suas novas ideias no texto *Avoiding de Myth of Given*. Nesse texto, é apresentado o conceito de *conteúdo intuicional*. A experiência apresentaria um conteúdo que seria uma condição de possibilidade para a articulação dos nossos juízos e crenças. Assim, a percepção humana teria um conteúdo (intuitivo) que, apesar de não ser proposicional, seria conceitual na medida em que participa da capacidade conceitual de descrever experiências. A experiência perceptiva necessita da unificação de conteúdos provenientes da sensibilidade e dos conceitos. Os seres humanos por terem racionalidade tem a capacidade de unificar conteúdos intuitivos e conceitos. McDowell denomina esta unificação de capacidades conceituais.

As capacidades conceituais, na nova posição, tem um significado distinto daquilo que fora elaborado em *Mente e mundo*. Na antiga posição, o conteúdo da experiência era proposicional na medida em que os sujeitos percipientes poderiam utilizar conceitos demonstrativos para descrever suas experiências, como *isto é de tal e tal modo*. O conteúdo

proposicional era uma condição necessária para a justificação de experiências. Contudo, a nova posição procura situar a experiência perceptiva em termos mais básicos, uma vez que compreende que seria impossível conceitualizar adequadamente todos os detalhes e características uma experiência.

O conteúdo intuicional não requer que o sujeito da experiência possua um conceito para tudo o que lhe é apresentado no campo visual. Apenas que se tenha condições de conceitualizar tais experiências de modo geral. Para reconhecer que um animal é *Poodle* não é necessário possuir, a priori, o conceito de *Poodle*. Podemos reconhecer tal objeto, porque ele apresenta diversos conteúdos, a saber, *é animal, possui uma forma distintas dos outros cachorros*, etc. As capacidades conceituais nos permitiriam reconhecer as distintas características dos objetos perceptivos sem a necessidade da articulação proposicional. Portanto, o conteúdo intuicional permitiria que julgemos nossas experiências de um modo não restrito aos conceitos demonstrativos.

Não obstante, as posições de McDowell tanto em *Mente e Mundo* quanto em *Avoiding the Myth of the Given* nos parecem insatisfatórias. Um dos motivos é a circularidade. Ele concebeu que o conteúdo da experiência perceptiva é conceitual, uma vez que as capacidades conceituais são intrínsecas às experiências. Isso parece-nos circular, pois as experiências são justificadas conceitualmente porque ela própria é conceitual. Além do mais, a experiência tomaria forma proposicional na medida em que a experiência possui um conteúdo conceitual. No entanto, as nossas experiências mais básicas demonstram que a experiência não é em si conceitual, pois se fosse o caso, para cada experiência específica teríamos um conceito correspondente.

Compreendo que o não conceitualismo concebe a percepção corretamente. As experiências perceptivas mais básicas tanto de crianças pré-linguísticas quanto de seres humanos maduros não dependem necessariamente nem de uma linguagem complexa nem tampouco de conceitos específicos. A experiência perceptiva é tão rica em detalhes, características e modos que é improvável que possamos conceitualizá-la completamente. Mas, somos capazes de perceber e discriminar tais detalhes sem possuir necessariamente conceitos. Esse é o sentido fundamental do conteúdo não-conceitual: Percebemos os conteúdos da experiência mesmo sem possuir conceitos adequados.

Um outro problema estaria no conceito de conteúdo intuicional. Além de ser semelhante ao conceito de conteúdo não-conceitual, pois ambos seriam desarticulados e serviriam de instanciações para juízos de experiências, ele pretende ser kantiano, mas se afasta do sentido básico do conceito de intuição. Para Kant, a intuição por definição seria pré ou não conceitual.

E justamente por isso que seria desarticulada. Ela não é uma representação universal. Os conceitos são universais, não a intuição sensível. Além do mais, o conteúdo intuicional, no conceitualismo de McDowell, não se refere a objetos independentemente do entendimento humano. Assim, só há percepção se houver conceitos envolvidos. Mas o próprio Kant afirmou na *Crítica da razão Pura* que a intuição sensível se refere a objetos independente da faculdade do entendimento. Quando temos experiências perceptivas somos capazes de discriminar certos detalhes uma vez que o conteúdo nos é apresentado de forma intuitiva. A relação que temos com os objetos perceptivos é, a princípio, não conceitual. Em uma palavra: intuitivo.

Portanto, a ideia de McDowell de que se pode encontrar na filosofia kantiana bases para o seu conceitualismo, parece-nos equivocada. Em primeiro lugar, porque em *Mente e mundo* o conceito de intuição não é kantiano, pois a intuição era conceitualmente articulada. Em segundo, pois em *Avoiding the Myth of the Given*, o conceito de conteúdo intuitivo não é kantiano o bastante, na medida que não assume a não conceitualidade e a referência como características próprias do conceito de intuição sensível.

McDowell ao rejeitar a todo custo o não conceitualismo por medo de pressupor teses fundacionistas, o famoso Mito do dado, acaba incorporando um não conceitualismo implícito. A questão básica do não conceitualismo não seria negar que haja capacidades conceituais, apenas que a experiência perceptiva não depende apenas dessas capacidades. A percepção é fenomenologicamente mais rica do que a nossa capacidade de conceitualização.

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J.L. **Sentido e percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERMUDEZ, L. José. **Nonconceptual Content: From Perceptual Experience to subpersonal computational States**. *Mind and Language*, 10, (4):333-69, 1995.
- BRANDON, R. **Articulando Razões: uma introdução ao inferencialismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- BREWER, Bill. **Perception and content**. In. *European Journal of Philosophy*. V. 14 (2). Pp. 165-181), 2005.
- BREWER, Bill. **Perception and its Objects**. Oxford University Press, 2011.
- COLLINS, W. Arthur. **Beastly Experience**. *Philosophy and Phenomenology Research*, vol. LVIII, n. 2, Junho/1998, p 375-380.
- DAVIDSON, Donald. **A coherence theory of truth and knowledge**. In: **Subjective, intersubjective, objective**. Oxford: Oxford University Press. 2001a, pp. 137-153.
- DAVIDSON, Donald. **The Myth of subjective**, *Subjective, intersubjective, objective*. Oxford: Oxford University Press. 2001b, pp. 39-52.
- DAVIDSON, Donald. **On the Very Idea of a Conceptual Scheme**. In: **Inquiries into truth and interpretation**. Oxford University Press, 1984.
- DAVIDSON, Donald. **Externalisms**. In: Petr Kotatko, Peter Pagin, Gabriel Segal (eds). *Interpreting Davidson*. Stanford, California: CSLI Publications, 2001c, p. 1-16.
- DAVIDSON, Donald. **Comments on Karloy Vary Papers**. In: Petr Kotatko, Peter Pagin, Gabriel Segal (eds). *Interpreting Davidson*. Stanford, California: CSLI Publications, 2001, p. 285-307.
- DAVIDSON, Donald. **Meaning, Truth and Evidence**. In: **Truth, Language and History**. Oxford University Press, 2005.
- DREYFUS, Hubert, L. **The return of Myth of the Mental**. *Inquiry*, 50 (4):352-365, 2007a.
- DREYFUS, Hubert, L. **Response to McDowell**, *Inquiry*, 50 (4):371-377, 2007b
- DREYFUS, H. **Overcoming the Myth of the Mental: How Philosophers Can Profit from the Phenomenology of Everyday Expertise**. In. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 79, pp. 47-65, 2005.
- EVANS, Gareth. **The Varieties of Reference**. Oxford: University Press, 1982.
- FREGE, G. **Logical investigation: Thoughts**. In. **Collected papers on mathematics, logic,**

- and philosophy**; published by Blackwell Publishers, Oxford, 1984, pp. 351-372.
- FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GUNTER, York. H. (Ed) **Essays on nonconceptual Content**. Cambridge/MA: MIT press, 2003.
- HANNA, Robert. **Kantian Non-conceptualism**. *Philosophical Studies Vol.137, no 1, 2008*, p. 41-64.
- HANNA, Robert. **Kant and Nonconceptual Content**. *European Journal of Philosophy, 13, (2): 247-290, 2005*.
- HURLEY, S. **Overintellectualizing the Mind**. *Philosophy and Phenomenological Research, 63: 423-431, 2001*.
- HUTTO, Daniel D., MYIN, Erik. **Radicalizing Enactivism: Basic Minds without Content**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2013.
- HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, I. **LÓGICA (JÄCHE)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.
- KANT, I. **Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. São Paulo: Estação e Liberdade, 2014.
- KANT, I. **Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço**. *Cadernos de filosofia Alemã, n. 2, pp. 61-75, 1997. Tradução de Rogério Passos Severo*.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- KINGO, O. **The concept of concepts: perceptual and Conceptual Categorization in Infancy under Scrutiny**. *Journal of Anthropological psychology. No. 19, 2008; Department of Psychology, University Of Aarhus*
- LEIBNIZ, G. *Correspondência com Clarke*. In LEIBNIZ, G. **Leibniz II**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MCDOWELL, John. **Sellars on perceptual experience**. *The Journal of Philosophy, vol.95, No. 9, set., 1998<sup>a</sup>, pp. 431-450*.
- MCDOWELL, John. **The logical form of intuition**. *The journal of Philosophy, vol. 95, No 9, set., 1998<sup>b</sup>, pp. 451-470*.
- MCDOWELL, John. **Mente e mundo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2005.
- MCDOWELL, John. **Avoiding the myth of Given**. In. *Having the World in view: essays on Kant, Hegel, and Sellars*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

- NAGEL, Thomas (1974). *Como ser um Morcego. Gestalt.vol.19.1 Goiânia jul. 2013.*
- NOË, Alva. **Action in Perception.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004.
- NEWTON, I. **Principia Mathematica Philosophie Naturalis.** University Of California Press, 1962.
- PAUEN, S. **Evidence for knowledge-based category discrimination in infancy.** *Child Development*, 73(4), 1016-1033, 2002.
- PEACOCKE, Christopher. **Does perception have a Nonconceptual Content?.** *The Journal of philosophy*, Vol. 98, No. 5 (May, 2001).
- PEACOCKE, Christopher. **A Study of Concepts.** MIT, 1992.
- PERREIRA, Roberto H. **Conteúdos não conceituais kantianos.** *O que nos faz pensar n, 28 dezembro de 2010.*
- PERREIRA, Roberto H. **Não-conceitualismo.** In. BRANQUINHO, J; SANTOS, R. (ED) *Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica.* Lisboa, 2014.
- PERREIRA, Roberto H. **Intuições sensíveis em Kant: Nem conceitualismo nem não-conceitualismo.** *Manuscrito – Rev. Int. Fil., Campinas*, v.33, n. 2, p. 00-00, jul.-dez. 2010.
- QUINE, Willard. **De um ponto de vista lógico.** São Paulo: Unesp, 2011.
- ROLLA, Giovanni. **Enativismo radical: exposição, desafios e perspectivas.** *Princípios: revista de filosofia, Natal*, v.25, n.46, jan -abr.2018. issn i983-2109.
- ROLLA, Giovanni. **Cognição perceptual e racionalidade corporificada.** Pelotas: NEPFIL ONLINE, 2018.
- RUSSELL, Bertrand. **Os Problemas da filosofia.** Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.
- SANTOS, Ernesto Perini. **Conteúdo não conceitual, holismo e normatividade.** *Kriterion, Belo Horizonte*, n 110, dez/2004, p. 238-263.
- SENEDA, Marcos C. **A teoria crítica da sensibilidade e contrapartidas incongruentes em Kant.** *Kant e-prints, Campinas, série 2*, v. 12, n.2 (especial), pp. 10-27, maio-ago.,2017.
- SELLARS, Wilfrid. **Empirismo e filosofia da mente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- STLEG, C. **The intencionality of Plover Cognitive States.** *Between the Species, VIII, August*, cla.calpoly.edu\bts, 2008.
- TRAVIS, Charles. **Reason’s Reach.** In. *European Journal of Philosophy.* 15:2, 2007.
- TYE., Michael. **On the Nonconceitual Content of experience.** *Schriftenreihe-Wittgenstein Gesellschaft*, 2005.
- XU, F. **The development of object individuation in Infancy.** In. H. Hayne; J.W. Fagen

(EDS.), *Progresso n infancy Research*, Vol 3. Pp. 159-192. Lawrence Earbaum Associates, Publishers, Mahwah, NJ: US, 2003.